

Universidade Federal Fluminense
Centro de Estudos Gerais
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Coordenação do Curso de Ciências Sociais

Leonardo Almeida da Silva

**O Espírito Sopra como Quer?
Conseqüências das Relações Institucionais da Renovação Carismática Católica**

**Niterói
2008**

LEONARDO ALMEIDA DA SILVA

**O Espírito Sopra como Quer?
Conseqüências das Relações Institucionais da Renovação Carismática Católica**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Mello Vieira Martins

**Niterói
2008**

LEONARDO ALMEIDA DA SILVA

O Espírito Sopra como Quer?
Conseqüências das Relações Institucionais da Renovação Carismática Católica

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Sociais da Universidade Federal Fluminense
como requisito parcial para a obtenção do Grau
de Bacharel em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Maurício Mello Vieira Martins - Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Lígia de Souza Dabul
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr.^a Sílvia Regina Alves Fernandes
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Niterói
2008

Agradecimentos

Sem o apoio e incentivo de algumas pessoas esse trabalho não seria o mesmo ou talvez nem existisse. Dentre elas, tendo participado direta ou indiretamente, tenho que manifestar minha gratidão:

À minha mãe, Leila, principalmente e a toda a minha família pela condição que me dão para realizar este trabalho e tudo na minha vida. Não posso deixar de mencionar: Evandrinho, Célia, Evandro, Marisa, Eduardo, Tainá;

A todos os meus colegas da graduação, mas em especial a: Henrique, Erley, por sua inigualável contribuição José Ângelo, Suellen, Vitor, Nadja, Sr. Paulo, Léo, Carol, Piquet, Cláudio, Chiara, Felipe, Brígida, Rodrigo, Josemar, Raquel, Gustavo.

A todos meus amigos e amigas do Ministério Universidades Renovadas: Elza Feliciano por partilhar a ansiedade; Zé Antônio, Valerinha e Giulia Camporez que participaram deste trabalho; Marcela Chagas pelas dicas e paciência em me ouvir; e todos os outros pelo Brasil afora.

Aos membros da RCC do Brasil: Marcos Dione Ugoski Volcan por toda a dedicação e colaboração valiosas; Vicente, pela preciosa colaboração; Tácito José de Andrade Coutinho, o Tatá, pela atenção dispensada; Ronaldo José de Sousa pela atenção e inspiração pelo tema; Professor Felipe Aquino pelo valioso material que me disponibilizou; e Camila Barros que contribuiu de forma decisiva para este trabalho, além de nossa infinita amizade;

Luis Antônio, Lívia e todos os meus amigos de Maceió que mesmo distantes não deixaram de me desejar o melhor;

Emanuel Assis de Vitória, grande companheiro de profissão;

Juliana Médici por manifestar sua vontade para que tudo desse certo;

Valéria Alves pela atenção na reta final;

Ao professor e amigo Floriano Godinho que acreditou em mim desde o vestibular;

Ao professor Maurício Vieira pelo exemplo profissional e dedicação na orientação;

À professora Lígia Dabul com quem tive a oportunidade de conviver e crescer em 2007;

À professora Sílvia Fernandes por toda a sua presteza;

Aos institutos CERIS e ISER do Rio de Janeiro pelos materiais fornecidos e o atendimento que me deram tratando-me com todo o respeito, como um novo pesquisador da área.

Aos meus alunos com quem sempre tenho a oportunidade de aprender mais;

E a todos os meus amigos e amigas de Muriqui, Niterói, Rio de Janeiro, Maceió ou onde for... O meu “muito obrigado”!

Sumário

Resumo.....	6
Abstract.....	7
Introdução.....	8
1. O surgimento e o comportamento da Renovação Carismática Católica.....	12
2. A formação da identidade da Renovação Carismática Católica.....	16
2.1 O que a Renovação Carismática entende por Renovação Carismática.....	23
3. As feições institucionais da Renovação Carismática Católica.....	26
3.1 A intermediação sacerdotal e a intermediação leiga.....	32
4. Relações entre a RCC e a hierarquia em seus diferentes níveis.....	35
4.1 A RCC e o Vaticano.....	36
4.2 A RCC e a CNBB.....	37
4.3 A RCC e o contexto paroquial.....	42
5. O relacionamento da instituição RCC com as Novas Comunidades.....	45
6. Considerações finais.....	49
Referências.....	52
Anexo I - Entrevista com Marcos Dione Ugoski Volcan: Presidente do Conselho Nacional da Renovação Carismática Católica do Brasil.....	54

Resumo

Entendida no contexto do despertar religioso da contemporaneidade, a Renovação Carismática Católica (RCC) apresenta singularidades em função de diversos dos seus aspectos particulares apresentados no campo religioso brasileiro, no qual se destacam a sua origem pentecostal, sua vinculação institucional e as repercussões que o Movimento sugere tanto no catolicismo, quanto fora dele, em virtude de sua pretensa autonomia. Muitos estudos sugeriram que a RCC apresentava um caráter estritamente conservador, onde por um certo tempo acreditou-se que esse tipo de diagnóstico bastasse. Entretanto, nos últimos anos, tem sido sugerido que a RCC possui características que, caso sejam interpretadas a partir de uma nova ótica, demonstram que este Movimento é portador de um dinamismo que repropõe a formulação de que este não teria, então, nada de novo a nos apresentar. Este trabalho, portanto, busca encontrar na história e na formação da identidade da RCC, explicações para o seu atual comportamento e com isso, compreender melhor como as relações institucionais que a RCC tem estabelecido, tanto em seu aspecto interno, quanto externo remetem a algumas características da religiosidade brasileira na contemporaneidade.

Palavras-chave: Catolicismo, Identidade, Instituição, Movimento carismático, Religião.

Abstract

Understood in the context of the religious awakening contemporary, the Catholic Charismatic Renewal (CCR) presents singularities because on a number of aspects of their private presented in the religious Brazil, where pentecostal highlight its origin, its institutional linkage and the implications that the Movement suggests both in Catholicism, as outside it, because of his alleged autonomy. Many studies have suggested that the CCR showed a character strictly conservative, where for some time believed that this type of diagnosis enough. However, in recent years, it has been suggested that the CCR has characteristics which, if interpreted from a new perspective, shows that this Movement is the bearer of a dynamism that repropound the formulation of this would then be nothing new in the present. This paper therefore seeks find in the history and formation of the identity of the CCR, explanations for their current behavior and therefore better understand how the institutional relationships that the CCR has established, both in its internal aspect, the external refer to some characteristics of the contemporary brazilian religiosity.

Keywords: Catholicism, Identity, Institution, Charismatic Movement, Religion.

Introdução

Se o despertar da religião não representa uma negação da hipótese da secularização, ao menos será necessário admitir que ele não era esperado nas dimensões em que se apresenta atualmente. No mínimo, esse neoencantamento desmente certas expectativas e repropõe a teoria da secularização (Sousa, 2005, p. 201).

A Renovação Carismática Católica (RCC) no contexto do despertar religioso da contemporaneidade tem sido incorporada como um importante objeto de estudo para se compreender esse fenômeno, além de ser considerada também como uma consequência direta deste. Algumas características da RCC chamam a atenção, como a capacidade deste Movimento utilizar como estratégias no campo religioso, desde elementos tradicionais do catolicismo como a oração do Rosário e os sacramentos, ao mesmo tempo em que adota os mais variados meios tecnológicos para alcançar seus fiéis. Sua vinculação institucional, sua origem pentecostal, sua proposta priorizadora do “espiritual” e o seu possível “fundamentalismo” são fenômenos que à primeira vista podem nos remeter a considerarmos como suficiente os diagnósticos de que a Renovação Carismática Católica deve ser entendida pelo seu caráter “conservador” e que isso bastaria para compreendê-la enquanto um fenômeno religioso.

Nos últimos anos, pessoalmente, tive um contato muito próximo à RCC, o que sem dúvida me despertou um certo interesse em “entender sociologicamente” alguns significados próprios a esse Movimento. Com certeza, ao participar de alguns eventos e no convívio com os membros da RCC, meu interesse inicialmente não era de estudá-lo e compreendê-lo como um fenômeno sociológico, como em relação a outros temas tal qual poderia ser em relação à violência urbana ou o trabalho informal, por exemplo. No entanto, essa aproximação me permitiu ter um contato mais próximo e até de certa forma, “de dentro” do Movimento, antes de ter a visão hoje que possa vir a ser considerada como “de fora”, estudando-o e compreendendo-o como um fenômeno sociológico e não considerando apenas seu aspecto religioso. Nesse sentido é necessário considerar duas consequências. A primeira é a dificuldade de estranhamento e de percepção de um fenômeno, onde o fato de estar envolvido subjetivamente com o objeto pode nos levar. Por isso, concordo que algum pesquisador que não tivesse envolvimento nenhum com a RCC teria outras questões em relação a práticas, relações e fenômenos inerentes ao Movimento que eu pudesse considerar como corriqueiras, por acreditar que essas seriam até certo ponto “naturais” ou comuns de serem notadas. A segunda consequência seria a contribuição substancial para a minha pesquisa através de uma

observação acumulada a respeito do Movimento: leituras de escritos da própria RCC e da Igreja que me permitiram conhecer sua visão a respeito de si próprios, além do contato com membros do Movimento que me possibilitaram realizar observações em diversos eventos, celebrações e principalmente a realização de entrevistas ou mesmo conversas menos formais com pessoas que estão envolvidas há muito tempo com a RCC, principalmente de sua classe dirigente, o que considero que tenha contribuído de forma substancial a enriquecer os resultados aos quais cheguei.

Sendo assim, além dessa que considero como uma “observação subjetiva” que já possuía por estar há alguns anos participando do Movimento, continuei indo a alguns eventos, agora com o intuito principal de obter dados para a minha pesquisa. Nesses eventos que participei ao longo do ano de 2007, fiz questão de gravar as entrevistas que fazia e registrar as constatações a que chegava durante minhas observações. À medida em que ia evoluindo na leitura dos autores que estudaram a RCC, mais questões se colocavam em contraponto às minhas observações e tornavam a pesquisa cada vez mais frutífera.

O levantamento da bibliografia que se refere à RCC desenvolvida no Brasil, nos últimos anos serviu-me, portanto, como um importante referencial teórico, desde Pedro de Oliveira que em 1978 publicou o primeiro trabalho sobre a Renovação Carismática no Brasil propondo-se a fazer uma “análise sociológica” do Movimento em uma pesquisa encomendada pela CNBB ao instituto CERIS do Rio de Janeiro, até a dissertação de mestrado de Ronaldo José de Sousa que em 2005 tratou das “relações de poder na Renovação Carismática” que foi um dos trabalhos mais recentes com que tive contato. Passando, obviamente, por outros autores que muito se dedicam ou dedicaram a estudar a RCC do Brasil e que se constituíram como grande referência, como Reginaldo Prandi, Brenda Carranza, Cecília Mariz, Sílvia Fernandes, dentre outros.

Portanto, será possível notar que este trabalho é resultado dessa “observação subjetiva” já acumulada a respeito do Movimento, aliada a um trabalho de campo mais específico com a realização de entrevistas e observações diretas e que tem como importantes referenciais, os estudos feitos no Brasil sobre a RCC nas últimas três décadas.

A proposta do trabalho, então, é de demonstrar o quanto que as relações institucionais estabelecidas pela RCC no campo religioso, tanto no catolicismo, quanto fora dele estão interferindo e dando novas características à atuação do Movimento. No primeiro capítulo, *O surgimento e o comportamento da Renovação Carismática Católica*, entendemos como a RCC se situou no Brasil e o quanto que a origem social das classes dirigentes do Movimento

nos estratos médios da sociedade é influente no comportamento social, político e claro, religioso, dos membros da RCC. O segundo capítulo, *A formação da identidade da Renovação Carismática Católica*, consiste em uma descrição de como a identidade da Renovação Carismática se formou no campo religioso brasileiro, a partir do momento em que o Movimento estabelecia suas primeiras relações com o catolicismo tradicional, a Teologia da Libertação e o pentecostalismo protestante que foram as formas de religiosidade em relação aos quais a RCC teve que se antagonizar identitariamente. Essa análise nos permitirá compreender, portanto, os motivos da adesão da RCC a alguns elementos como a oração em línguas, a Virgem Maria e a Bíblia. E analisamos ainda nesse capítulo o que a RCC pensa de si própria e o quanto que esta definição interfere nas relações institucionais do Movimento. No terceiro capítulo, *A institucionalização da Renovação Carismática Católica e suas conseqüências*, é analisada a tendência burocratizante que a RCC e principalmente a sua classe dirigente tem adquirido em função da “confluência” de interesses, resultante dos esforços, de um lado da própria RCC em se legitimar no catolicismo e do outro, da hierarquia em neutralizar o caráter contestatório do Movimento. Veremos então, como tem se estabelecido a institucionalidade da RCC em detrimento da dimensão “carismática” da qual o Movimento tem aberto mão. Vemos também, como a vivência dos “dons carismáticos” tem influência direta na reconfiguração das relações de poder entre o clero e os leigos do Movimento e na resignificação que estes fazem a alguns elementos tradicionais do catolicismo, como os sacramentos. O quarto capítulo trata das *Relações entre a RCC e a hierarquia em seus diferentes níveis*: o Vaticano, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o contexto paroquial. Vemos então, a serenidade das relações com o Vaticano, mas também, em relação à CNBB, algumas tensões por causa da perspectiva de controle institucional e o agravamento dessa situação com a publicação do Documento 53 e por último, o contexto paroquial, onde as relações entre os leigos da RCC e os padres acabam apresentando o seu aspecto mais tenso, onde estes encontram-se no último estágio, no mais baixo, de toda uma escala de poder que incide sobre ambos. E no quinto e último capítulo, *O relacionamento da instituição RCC com as Novas Comunidades*, veremos brevemente a tendência que tem se apresentado à RCC, de o quanto que a perda do seu potencial “carismático” em detrimento de sua institucionalização tem feito com que outras tendências do campo da “espiritualidade carismática” apresentem-se como alternativas. Pode estar havendo, portanto, um tipo de disputa dos mesmos espaços entre a RCC e um dos principais frutos da “espiritualidade carismática” que são as Novas Comunidades. As próprias marcas

institucionais da RCC em suas ações podem estar afastando alguns membros da instituição e os levando a buscarem um caráter de subjetividade que a RCC pode estar perdendo em nome de sua institucionalização, o que é resultado direto das relações institucionais que o Movimento tem estabelecido.

1. O surgimento e o comportamento da Renovação Carismática Católica

O Concílio Vaticano II inaugura um “novo tempo” e novas perspectivas para a Igreja Católica durante a década de 1960. A idéia do Concílio foi modernizar a Igreja¹, pois “dentre as propostas do Vaticano II, enfatizaram-se a renovação litúrgica e bíblica, a revisão da função do leigo no mundo e na Igreja, a procura de novas relações entre a Igreja e a sociedade moderna e outras religiões (Dávila, 2000, p. 27)”. O Concílio foi, portanto, o grande responsável pela criação de um contexto que proporcionasse o surgimento da RCC no interior da Igreja naquele momento, assim como de outros movimentos².

A Renovação Carismática Católica tem como seu marco inicial o ano de 1967, em uma universidade norte americana. Já em 1969, o Movimento chega ao Brasil na cidade de Campinas-SP, por intermédio do padre Haroldo Rahm. O modelo de RCC implementado no Brasil por padre Haroldo foi considerado muito semelhante ao norte americano, pois dava menor ênfase aos carismas, era mais burocrático e mais ajustado à hierarquia do que o Movimento viria a se tornar nos anos seguintes³.

A partir do momento em que passou a liderar o Movimento, Padre Eduardo Dougherty acabou proporcionando à RCC um perfil com maior espontaneidade, mais ligado à emoção e com uma tendência à autonomia do Movimento dentro do catolicismo, abrindo mão do modelo norte americano e tendo sido favorecido pela saída de padre Haroldo da liderança do Movimento⁴. Tal diferença entre esses dois perfis, levou pesquisadores como Brenda Carranza, a questionar se o Movimento que padre Haroldo iniciou, teria sido o mesmo que padre Eduardo levou para frente, devido às incisivas diferenças entre estes dois modelos⁵.

¹ Prandi (1996, p. 30) diz que “toda a face do catolicismo no século XX ficará marcada pela grande vontade de mudança que representou o Vaticano II, expressão de atualidade e de modernidade”.

² Alguns dos outros movimentos foram: Cursilhos de Cristandade, Opus Dei, Equipes de Nossa Senhora, Focolares.

³ Sousa (2005, p. 55) diz ainda que “o movimento iniciado pelo padre Haroldo Rahm não continha expressivo teor de contestação e nem questionava significativamente a estrutura de poder da Igreja ou o primado da hierarquia”.

⁴ Para Massarão (Sousa, 2005, p. 58) o padre Eduardo “Valoriza bastante a experiência carismática, os dons de revelação e o repouso no Espírito. Foi ele que legou à RCC a inclinação para a busca e a vivência dos carismas efusos. Dougherty tem relação direta com a forma atual da Renovação Carismática do Brasil”.

⁵ Dávila, 2000, p. 41.

A maioria dos membros da RCC em seu início no Brasil provinha dos setores de classe média. O levantamento feito por Pedro de Oliveira o levou a concluir que em fins da década de 1970, “[na RCC], predominam pessoas provenientes dos setores médios da sociedade, sendo que entre os dirigentes encontra-se percentagem significativa de pessoas provenientes dos níveis sociais mais altos (Oliveira, 1978, p. 29)”. Atualmente, principalmente em relação à classe dirigente, sua origem social não se encontra muito alterada, o que constata-se, entretanto, é a expansão da RCC entre as classes populares, o que já tem sido tomado como objeto de estudo pela Sociologia. Nesse sentido, Cecília Mariz (2001, p. 25) afirma que “esse movimento não é exclusivo de classe média, como ocorria em seus primeiros tempos no Brasil na década de 70”.

O perfil inicial de classe média da RCC moldou o Movimento em muitos de seus aspectos. Pedro de Oliveira relatando o que considerou como sendo o caráter “intimista e otimista” da RCC, diz a respeito da origem social dos membros do Movimento que:

[...] trata-se de gente que não tem no horizonte normal de suas preocupações a ameaça de não ter o que comer, onde morar, o que vestir e onde trabalhar. [...] suas preocupações são preocupações de ordem espiritual, em primeiro lugar, mas também de ordem pessoal e de ordem moral (Oliveira, 1978, p. 83).

De acordo com as feições iniciais que possuía a RCC, podemos perceber que a vivência religiosa no Movimento pôde ser formada, tendo em vista que os carismáticos não possuíam as mesmas preocupações que tinham, por exemplo, os membros das igrejas pentecostais protestantes como a Igreja Universal do Reino de Deus, que acabou por constituir uma vivência mais subjetiva e priorizadora, dentre outros aspectos, de um discurso de prosperidade e de ação demoníaca⁶. Sílvia Fernandes vê que foi possível à RCC se ajustar à realidade das classes populares, formar uma identidade e possuir uma prática, até certo ponto, diferente da que caracterizou a RCC nas últimas décadas. A autora diz então que “os católicos carismáticos nas camadas populares caracterizam-se por construir a própria identidade em três níveis basilares: 1) a ênfase na subjetividade; 2) a autonomia laical; 3) a negação de práticas católicas tradicionais (Fernandes, 1996, p. 112)”.

Ou seja, com o avanço da RCC nas camadas populares, o Movimento passou a tomar algumas feições distintas daquela vista por Oliveira no final da década de 1970. O que se viu,

⁶ Prandi (1996, p. 161) considera, contudo, que a RCC tem dificuldades em expandir-se nas classes populares porque a doutrina oficial da Igreja acaba por “amarrar” a atuação dos líderes do Movimento, diferente do que acontece nas igrejas pentecostais protestantes. Isso pode ser constatado, por mais que consideremos a ampliação das bases populares da RCC.

conforme a pesquisa de Fernandes (1996) foi que a RCC pôde de certa forma adequar o seu discurso às classes populares⁷. O que acabou por contrariar Oliveira quando dizia que:

Ainda que, hipoteticamente, a RC tivesse mais membros nas camadas pobres, ela continuaria sendo uma agremiação religiosa própria aos abastados, na medida em que sua proposta religiosa é uma proposta de satisfação das necessidades religiosas próprias a estes (Oliveira, 1978, p. 83).

Reginaldo Prandi, mesmo considerando a RCC como um Movimento que incide sobre a classe média e encontra, por isso, dificuldades para se inserir nos segmentos populares, afirma que há realmente na RCC uma presença maior de pessoas vindas da classe média do que na Teologia da Libertação e que no pentecostalismo protestante. Entretanto, em meados da década de 1990, o autor reconhece na RCC, assim como na Teologia da Libertação que “*há pobres em ambas*, como há gente de classe média também (Prandi, 1996, p. 169 – grifo meu)”.

A relação dos carismáticos com a política pode ser entendida então, como um reflexo da procedência de sua classe dirigente dos estratos médios da sociedade, pois mesmo com o avanço da RCC nas classes populares atualmente, a liderança do Movimento continua ainda tendo na classe média a sua origem. O comportamento da RCC em relação à política pode ser visto, então, como conseqüente dos ditames da classe dirigente que busca estar em conformidade com a hierarquia e com a doutrina da Igreja. Por isso, é possível notar que os políticos que recebem o apoio da RCC são os que possuem um discurso abertamente católico e convictamente contrário à legalização do aborto e a união civil entre homossexuais, por exemplo, já que são tendências radicalmente condenadas pelo Vaticano e é o mesmo caminho por onde a RCC tem seguido⁸. Sem dúvida, esse comportamento da RCC não é em vão, pois está no contexto do esforço de legitimação que o Movimento buscar ter e manter frente à hierarquia católica.

Fora o viés moralizante, os carismáticos teriam uma tendência ao voto partidário e uma preocupação em eleger seus representantes, o que contraria um senso comum de que a RCC não se preocupa com a política⁹. Prandi (1996, p. 175) afirma que “[...] eles [os carismáticos]

⁷ Regina Novaes (2002, p. 71) faz uma constatação próxima a esse sentido: “[...] já nos anos 90, observa-se uma expansão nas camadas populares. Amenização dos conflitos familiares e das dificuldades financeiras passam também a fazer parte da pauta da Renovação Carismática”.

⁸ Dávila (2000, p. 168) constata que “as questões que a RCC levanta na política são centradas em temáticas morais e religiosas, marcando presença confessional”.

⁹ Dávila (2000, p. 160) diz que “a presença da RCC na esfera pública, especificamente no mundo da política, é visível tanto no exercício do voto por parte de seus seguidores quanto no lançamento de candidatos próprios”.

não rejeitam a política partidária; votam e votam, com posições políticas bem definidas, e têm eleito como seus representantes deputados federais e estaduais, além de vereadores”. A RCC, portanto, preocupa-se sim com a política, mas isso se dá à sua maneira. Marcos Volcan, coordenador nacional do Movimento, me disse em entrevista: “Temos orientado as dioceses através de cartilhas sobre eleições, de como fazer para que as pessoas que sentem o chamado para a vida política poderem participar. Então, são várias investidas, talvez umas mais conhecidas e outras menos¹⁰”.

A RCC visa primeiro mudar o indivíduo e acredita que só após isso então, é que a sociedade por força mudará¹¹. Por isso, as preocupações dos carismáticos com o mundo da política são muito diferentes da que vimos, por exemplo, com a Teologia da Libertação no combate à ditadura militar. Se a preocupação primeira da RCC é mudar o indivíduo, estas são, sobretudo quanto ao resgate da instituição familiar, justificando assim também, a preocupação do Movimento em condenar as tendências que tem se levantado “contra a vida”, como o já citada tentativa de legalização do aborto¹². Dávila (2000, p. 171) entende que “diferentemente da Teologia da Libertação, a RCC encara as problemáticas sociais como fruto do egoísmo humano, como conflitos que devem ser resolvidos primeiro na esfera privada para depois serem solucionados na esfera pública”.

A RCC, portanto, participa com certa ingenuidade da política partidária¹³. Dávila (2000, p. 173) chega a afirmar que “[...] a RCC apresenta uma concepção política baseada na troca de favores, na procura de privilégios, isto é, clientelista”, ou seja, como não há para a RCC um interesse político mais amplo ou um “inimigo” mais específico a ser combatido, como por exemplo, a ditadura ou o capitalismo foram para o catolicismo progressista, são os interesses individuais e os particulares ao Movimento que acabam prevalecendo¹⁴, o que ainda assim, refuta a hipótese de que o Movimento é completamente alienado em relação à ação política.

¹⁰ Marcos VOLCAN. Entrevista concedida ao autor em 15 de novembro de 2007.

¹¹ Prandi, 1996, p. 171.

¹² O Movimento, atualmente, promove um abaixo-assinado contra a legalização do aborto. Seu coordenador nacional diz então que “o aborto é um problema que está presente na sociedade hoje [...]. Vamos levantar um milhão de assinaturas, o que vai nos permitir fazer um contato diretamente com o presidente da Câmara. Vamos levar essas assinaturas e publicamente manifestar o nosso repúdio ao aborto. Nós estamos defendendo o que a Igreja defende” (Marcos VOLCAN. Entrevista concedida ao autor em 15 de novembro de 2007.)

¹³ “O mundo partidário é para a RCC uma instância acidental que o candidato utiliza para ascender a um mandato e a partir daí assegurar os interesses do Movimento (Dávila, 2000, p. 171)”.

¹⁴ Para Regina Novaes, a RCC busca influenciar, de fato, a política, mas parece ainda não ter uma definição muito clara de quais são os seus objetivos. Diz a autora que: “[...] os carismáticos ainda não fizeram bem visíveis suas intenções de influenciar na política (Novaes, 2002, p. 90)”.

2. A formação da identidade da Renovação Carismática Católica

Contudo, a RCC é sem dúvida essa face do catolicismo que opera milagres, que motiva o falar em línguas, que promete curas, que propõe o re-encantamento do mundo, compreendido esse como uma forma de fazer emergir a emoção, o sentimento, a afetividade e de dar certa plausibilidade à vida cotidiana do fiel, na Igreja. É o movimento religioso católico que atrai milhares de pessoas, lotando estádios, ginásios, campos de futebol, sambódromos, tornando-os em verdadeiros laboratórios públicos de emoções líquidas e cenários de emotividade, nos quais o fiel não tem pudor nem vergonha de se expressar (Dávila, 2000, p.122).

A apostila de número um da Escola Paulo Apóstolo (EPA), que é o nome dado ao evento de formação dos membros da RCC recebe o título: *A Identidade da Renovação Carismática Católica*. Isso indica uma preocupação da RCC que se esforça em demonstrar e manter os caracteres que fazem parte de sua identidade, formando doutrinariamente os seus membros com um ensinamento que prioriza o conhecimento e a vivência da “identidade carismática” no interior da Igreja Católica¹⁵.

Partindo da noção de que o processo de formação de uma identidade se dá em relação a algo que seja diferente de si próprio, mas que possua algum tipo de semelhança consigo, o que o leva a buscar uma diferenciação, considero, então, formar uma identidade como sendo um processo de distinguir-se dos seus semelhantes no contexto em que se está inserido.

A RCC especificamente, em seu início no Brasil, possuía entre esses seus “semelhantes”, ou seja, aqueles que compunham o campo religioso em que a RCC estava inserida, o catolicismo conservador e tradicional, a Teologia da Libertação e o pentecostalismo protestante. A Teologia da Libertação com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e o catolicismo conservador e tradicional encontrando-se no interior da Igreja Católica, ao contrário obviamente do pentecostalismo protestante, demonstram que a formação da identidade da RCC se deu tanto no contexto interno ao catolicismo quanto externo¹⁶. Dávila (2000, p. 17) diz que a RCC busca demonstrar o quanto é específica dentro do catolicismo “distinguindo-se da Teologia da Libertação e das igrejas Pentecostais,

¹⁵ É comum ouvir, principalmente da classe dirigente do Movimento, que “a RCC é o nosso jeito de ser Igreja”.

¹⁶ Não estou considerando aqui a RCC como uma “reação” interna e/ou externa. O que abordo são as características do relacionamento da RCC com outros grupos e segmentos religiosos e as conseqüências destas relações para a formação de sua identidade.

discordando das práticas religiosas da primeira e preocupando-se com a delimitação de fronteiras com a segunda”.

No contexto do campo religioso brasileiro contemporâneo, a busca pela afirmação de identidades religiosas pode vir a ser entendida como consequência de fenômenos inerentes a esse campo, como a tolerância, o pluralismo e o trânsito religiosos. Para Dávila (2000, p. 18), essas características do campo religioso brasileiro podem, entretanto, aflorar “traços de fundamentalismo e apelos de retorno à tradição em alguns grupos, tanto da RCC quanto das igrejas Pentecostais, que se esforçam em definir fronteiras identitárias”.

Ronaldo José de Sousa considera que a RCC inicialmente possuía um caráter ecumênico que os aproximava do protestantismo, mas que foi perdido devido ao seu esforço em se institucionalizar no interior da Igreja Católica¹⁷. Este ecumenismo não teria sido, entretanto, bem visto pela hierarquia católica, pois esta acreditava que:

Ele se apresentava demasiadamente sincrético, com riscos de perda da identidade, o que representaria trânsito do catolicismo para o pentecostalismo protestante, como aconteceu em algumas realidades. Num momento em que o neopentecostalismo questionava a hegemonia católica, isso não seria conveniente (Sousa, 2005, p. 63).

A própria adoção do termo “carismática”, na nomenclatura do Movimento foi usada pela hierarquia para diferenciar a RCC dos pentecostais protestantes (Sousa, 2005, p. 63-64). Evitou-se, portanto o uso do termo Pentecostal em sua nomenclatura¹⁸.

Notamos a RCC buscando diferenciar-se da Teologia da Libertação. Uma tendência à aproximação entre RCC e esse movimento poderia ameaçar a hegemonia da hierarquia católica devido ao forte caráter contestatório inerente a ambos os Movimentos. A hierarquia pode portanto, ter arquitetado o antagonismo entre RCC e Teologia da Libertação, através das dicotomias “fé e razão” e “oração e ação” que vieram a se desencadear como os principais pontos de diferenciação entre as propostas da RCC e as da Teologia da Libertação¹⁹. A mútua acusação de que a RCC se preocupava em demasia com o espiritual e a Teologia da

¹⁷ Sousa, 2005, p. 65

¹⁸ Dávila (2000, p. 35) constatou que “sendo assim, aos poucos o termo *Pentecostalismo Católico* foi sendo substituído pelo de *Renovação Carismática Católica*”.

¹⁹ Entretanto, Marjo de Theije (2004) considera que atualmente, na prática, já podem ser encontradas semelhanças e proximidades entre a RCC e a Teologia da Libertação. A autora parte do princípio de que a RCC encontrou nas paróquias e nas Comunidades de Base, um ambiente impregnado pela Teologia da Libertação, o que levou a RCC a passar pelo que a autora chama de um “ajustamento situacional”. A partir de suas observações em Pernambuco, Theije acredita que o caráter contestatório da RCC, por exemplo, seria herança direta da Teologia da Libertação. A autora sugere “que a cultura católica criada durante o período de hegemonia do catolicismo liberacionista formou um grupo de leigos com determinação e coragem para assumir autonomamente uma organização religiosa independente da hierarquia e de seu apoio oficial”. (Theije, 2004, p. 43).

Libertação com o social, teve como consequência o antagonismo entre as duas propostas que possuíam um amplo potencial de crescimento na Igreja Católica no Brasil, no período que girava em torno do último quarto do século XX. Para Sousa (2005, p. 107), a síntese dos dois discursos “representaria a unidade de duas forças poderosas investindo contra o centralismo hierárquico em direção a uma intensa renovação da Igreja”. Estaria aí, portanto, o motivo da construção desse antagonismo entre as duas propostas.

A sobrevalorização da oração em línguas deve ser entendida como um dos principais elementos da formação da RCC²⁰. A oração em línguas (glossolalia²¹) pode ser considerada como um ato de iniciação na RCC, em que para os recém chegados ao Movimento, orar em línguas é sempre, no início, um bloqueio. Pude notar algumas vezes, no discurso das classes dirigentes da RCC, que os grupos que não oram em línguas são considerados como estando em um nível ou um momento anterior aos outros grupos que já oram em línguas há mais tempo e mais intensamente²², isso se dá justo por essa prática ser uma marca forte da RCC²³. Dessa forma, orar em línguas é visto como um sinal de maturidade para os carismáticos.

Por outro lado, para os católicos tradicionais e para alguns setores da hierarquia, a oração em línguas é vista com muitas reservas sendo entendida, por vezes, como “fanatismo” ou como uma aproximação demasiada com o protestantismo. A oração em línguas, junto do repouso no espírito é vista como um dos maiores motivadores de controle da RCC por parte do clero. O Documento 53 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que trata de orientações à RCC²⁴, chega a sugerir que “63. [...] como é difícil discernir, na prática, entre inspiração do Espírito Santo e os apelos do animador do grupo reunido, não se incentive a chamada oração em línguas e nunca se fale em línguas sem que haja intérprete”. Na prática, essas recomendações não foram, de fato, seguidas, mas demonstram o quanto que o clero preocupa-se em controlar a RCC. É sempre ressaltada, entretanto, a necessidade de prudência

²⁰ Cecília Mariz (2001, p. 29-30), observando a RCC no Rio de Janeiro chega a dizer que “nas camadas médias, é interessante observar que havia mais manifestações de glossolalia entre os carismáticos do que entre os pentecostais”.

²¹ Existem diferenças entre o que seria a glossolalia e a xenoglossia. A glossolalia constituiria a pronúncia de sons emitidos sem nenhum significado lingüístico. Já a xenoglossia seria o uso de uma língua estrangeira, mas por um indivíduo que não a conheça, assim como está relatada na Bíblia a experiência de Pentecostes entre os apóstolos (Atos 2, 1-11). Eu, particularmente, nunca presenciei tal fenômeno e se esse acontece é de forma muito rara. Comum na RCC é a manifestação da glossolalia.

²² Isso pode ter levado Prandi (1996, p. 44) a notar que “dentre todos os dons carismáticos, a oração em línguas é o mais desejado”.

²³ Para Dávila (2000, p. 104) “é o dom de línguas (glossolalia), que faz a espiritualidade carismática original, dentro do catolicismo, porém a aproxima mais das igrejas pentecostais”.

²⁴ Disponível em < www.cnbb.org.br > Acesso em: 26/12/2007.

e formação para que essas práticas sejam realizadas. A RCC, porém, nunca abriu mão destas, já que são marcas da formação de sua identidade²⁵.

No contexto externo, a identidade da RCC teve de se formar em oposição ao pentecostalismo protestante, com o qual os carismáticos sempre foram tidos como muito próximos, principalmente pelo catolicismo tradicional, visto a semelhança da forma estrutural de suas celebrações, por exemplo.

É possível notar um paradoxo dos carismáticos em relação aos pentecostais protestantes: semelhanças, mas uma busca voluntária em traçar as diferenças. Sem dúvida, o esforço da hierarquia em enquadrar a RCC e o próprio esforço deste Movimento em se legitimar como genuinamente católico, são fatores que o levaram a pautar suas diferenças com os pentecostais protestantes. Para isso, a adesão incondicional da RCC aos elementos que marcam as diferenças do catolicismo no campo religioso: a devoção à Virgem Maria, a prática sacramental e a submissão ao Papa marcam também, incisivamente, a identidade desse Movimento²⁶. Considero então, esse mútuo esforço da hierarquia para enquadrar a RCC e o da própria RCC em legitimar-se como católica e em consequência disso, institucionalizar-se no interior do catolicismo, como resultando em uma “confluência” de interesses que vem justificar alguns comportamentos na RCC que são possuidores de um caráter “exaustivo” em relação às práticas mais tradicionais do catolicismo. Pedro de Oliveira deixou evidente que essa “confluência” se dá desde os primórdios, quando falou do primeiro pronunciamento papal sobre a RCC (Paulo VI): “[...] enfim o Papa recomendou a freqüência à Eucaristia e à Penitência, a intercessão de Maria e a comunhão com os Pastores da Igreja, *práticas que a RCC já vinha adotando*” (Oliveira, 1978, p. 65 – grifo meu).

Observando mais a fundo o cotidiano da vida carismática é possível observar que existe até um certo “exagero” em relação a esses três elementos, ou seja, a RCC, na confluência de seus esforços em se legitimar no catolicismo, com os da hierarquia em enquadrá-la nas estruturas da Igreja e assim, distanciá-la eficazmente de qualquer influência protestante, resultam em uma adesão demasiada por parte da RCC a esses elementos²⁷. Em

²⁵ Fernandes (1996, p. 112) diz que “os adeptos da RCC configuram um outro tipo de identidade católica que superestima a espiritualidade do Movimento, ao mesmo tempo em que cria oposição à espiritualidade católica tradicional”. Essa oposição ao catolicismo tradicional é o que pode explicar a reação de setores da hierarquia que no início da RCC, a viam com reservas ou simplesmente se opunham ao Movimento.

²⁶ Dávila (2000, p. 303) considera que “assim, os traços que passaram a ser reforçados para afirmar a identidade católica dos carismáticos, perante o pentecostalismo, foram aqueles que são associados culturalmente ao catolicismo: Nossa Senhora, Sacramentos e adesão ao Papa”. E Sousa (2005, p. 63) faz alusão a esses três itens que Clodovis Boff chama de “as três devoções brancas”.

²⁷ Benedetti (2001, p. 60) considera que “o crescimento e a burocratização da RCC fazem com que ela necessite afirmar sua identidade”.

algumas das Novas Comunidades, por exemplo, a oração do Rosário e a participação diária na missa são tidas como “regras de vida”. Os dirigentes dos Ministérios da RCC e dos grupos de oração buscam exercitar essas práticas de forma cotidiana para que sua pregação aos fiéis se torne mais eficaz. Mesmo que essas práticas não estejam totalmente difundidas entre os fiéis da mesma forma que está entre a classe dirigente, existe um discurso muito forte em favor delas e uma aceitação voluntária por parte dos fiéis. Com relação ao papa, o que vemos é uma adesão incondicional da RCC ao seu discurso, como por exemplo, em relação ao conservadorismo moral e ainda uma veneração incondicional à figura do Sumo Pontífice, que acaba por impedir que se questione as posições tomadas por este.

A forte devoção à Virgem Maria por parte dos carismáticos está situada nesse mesmo contexto. Numa conversa que tive a respeito de minha pesquisa com o guatemalteco Juan Antonio, participante da RCC e hoje residente no Brasil, este me revelava que via como assustador o crescimento da *Iglesia Ciudad de Dios* em seu país. Para Juan Antonio, o que o mantém no catolicismo e principalmente na RCC é o discurso pró Virgem Maria por parte dos carismáticos. A seu ver, não existe muita diferença entre as práticas de carismáticos e de pentecostais protestantes e o que faz com que ele não se identifique com estes é o discurso contrário à devoção mariana que proferem.

Após interpretarem os depoimentos de alguns carismáticos a respeito da devoção à Virgem Maria, Mariz & Machado (1994, p. 30) concluem que “aqui está a fronteira e se esta não for reforçada, não há por que ficar no universo católico”, indo ao encontro do discurso de Juan Antonio e justificando até certo ponto, a forte devoção à Virgem Maria como prática difundida entre os carismáticos²⁸. Reginaldo Prandi também considera a devoção mariana como um importante ícone na formação da identidade carismática em relação ao pentecostalismo protestante quando diz:

Na luta pela distinção e superação dos pentecostais, o apelo à devoção a Maria tem peso nos discursos dos líderes da RCC como uma grande marca de diferenciação dos dois grupos. Os carismáticos sabem reconhecer o valor que a mãe de Jesus tem para a sua identidade. (Prandi, 1996, p. 156).

A oração do Terço ou Rosário é, portanto, muito difundida na RCC. Prandi (1996, p. 43) entende que “[...] a reza do terço constitui uma maneira de a Igreja assegurar a presença

²⁸ Para Prandi (1996, p. 141) “os carismáticos são pentecostais, mas com Maria, e nesse ponto a separação está completa. Maria é uma fronteira intransponível que, de outro modo, poderiam ser um só”.

católica na vida carismática”, o que demonstra em relação à já mencionada “confluência”, que os esforços por parte da RCC a remetem a práticas aparentemente vazias de um significado mais emotivo, mas que são tão valorizados pelo Movimento, como é a oração do Rosário que preza pela repetição e interiorização. A idéia existente na doutrina da Igreja Católica de que “Maria é esposa do Espírito Santo²⁹” cabe muito bem à RCC e seus objetivos. A doutrina da Igreja que já preconizava essa idéia bem antes do início da RCC serve ao objetivo de manter a “catolicidade” do Movimento, mencionando a relação entre Maria e o Espírito Santo.

Essas razões enumeradas acima e que denotam o caráter fortemente marcado pela devoção mariana que possui a RCC, pode ter levado alguns autores, como Benedetti (2001) e Dávila (2000), a exagerarem quando acreditam que a RCC possa estar colocando a Virgem Maria como figura central do Movimento, em detrimento do Espírito Santo, devido a um esforço voluntário da hierarquia que preferiria substituir a figura do Espírito Santo pela da Virgem Maria, em vista de uma maior facilidade de controle institucional³⁰. Penso que a demasiada devoção à Virgem Maria, assim como a adesão aos sacramentos e ao Papa são esforços da RCC em se legitimar no interior do catolicismo e da própria hierarquia em enquadrar o Movimento, utilizando estes elementos que marcam a identidade do catolicismo no campo religioso como ícones primordiais. Nem a devoção mariana e nem os outros dois elementos substituiriam, entretanto, a centralidade do Espírito Santo na RCC, tendo em vista que estes já são elementos constituintes do catolicismo. É a prática do “batismo no Espírito Santo” e a vivência dos dons carismáticos, sobretudo a oração em línguas, que marcam a identidade da RCC. Admitir a possibilidade de ter o Espírito Santo como uma figura complementar e não mais central na RCC pode ter sido o que levou Benedetti (2001, p. 61) a afirmar, sem muita convicção, que “às vezes tem se a impressão de que a figura de Nossa Senhora esteja pondo em segundo plano o Espírito Santo”.

A devoção mariana no contexto do catolicismo carismático pode ser compreendida, portanto, através de quatro razões principais que são: a diferenciação quanto ao pentecostalismo protestante, o controle da hierarquia, a adesão do Movimento ao catolicismo e a busca de trazer os católicos tradicionais para o Movimento utilizando esta devoção como um instrumento que já se encontra bastante difundido na cultura católica brasileira.

Além da forte devoção a Nossa Senhora, os sacramentos constituem outro instrumento utilizado pelos carismáticos e sem dúvida, também pela hierarquia, para diferenciá-los dos

²⁹ No Catecismo da Igreja Católica, parágrafos 722 a 726, há toda uma descrição da relação entre Maria e o Espírito Santo.

³⁰ Ver Dávila, 2000, p. 148 e Benedetti, 2001, p. 61.

protestantes e manter a sua “catolicidade”, pois os sacramentos são rituais obrigatórios na vida católica. Os sacramentos da Confissão e da Eucaristia, sobretudo, estão bastante difundidos na RCC, onde a possibilidade da vivência desses dois sacramentos de forma continuada³¹ se constitui em uma maneira de o clero manter o seu controle institucional sobre os membros do Movimento, visto que a obrigatoriedade em se praticar esses sacramentos e a intermediação sacerdotal de que estes necessitam, perpetuam, até certo ponto, a submissão dos leigos à hierarquia³².

A sobrevalorização da Bíblia pelos carismáticos também é um elemento formador de sua identidade. É inegável que tal prática os aproxima dos protestantes e ao invés de diferenciá-los está sim, os tornando mais semelhantes. Entretanto, quanto a outros Movimentos do interior do catolicismo, ou simplesmente em relação ao catolicismo tradicional, este é sempre um elemento diferenciador para a RCC. O discurso dos carismáticos pauta que estes não utilizam a Bíblia apenas como um objeto decorativo ou um amuleto. Brenda Carranza considera que:

Independentemente do uso que os membros da RCC façam da Bíblia um dado evidente é que dentro do universo católico eles constituíram o uso da Bíblia num distinto que os caracteriza e diferencia. Ao mesmo tempo, essa utilização da Bíblia os aproxima do pentecostalismo (Dávila, 2000, p. 126).

A “forma de orar” dos carismáticos também é um instrumento que como o uso da Bíblia, os assemelha aos protestantes, mas que os diferencia no meio católico. Tanto nas celebrações carismáticas propriamente ditas quanto nas missas, a RCC inegavelmente introduz no catolicismo expressões rituais espontâneas, em oposição ao ritualismo que sempre foi marca dessa religião. Para Dávila (2000, p. 45-46) “é justamente esse clima festivo e emotivo que diferencia a RCC de outros grupos religiosos na Igreja Católica, ao mesmo tempo em que a assemelha aos grupos pentecostais”.

A musicalidade preconizada pela RCC, priorizadora da subjetividade e da emoção, muitas vezes até em detrimento da liturgia, assim como o uso da Bíblia e a forma de orar, os aproxima dos protestantes e os identifica como diferentes dos católicos tradicionais. A RCC pauta, sobretudo, um discurso essencialmente ascético que, de fato, os aproxima do

³¹ Diferente por exemplo, do Batismo e da Crisma, que só é possível recebê-los uma vez durante a vida.

³² Os significados mais específicos dos sacramentos para a vida carismática e como veio se situar a emergência dos dons carismáticos no catolicismo são abordados no terceiro capítulo.

protestantismo e os distancia do catolicismo tradicional de caráter sincrético³³. A esse respeito, Mariz & Machado (1994, p. 30) dizem que “os carismáticos criticam a falta de participação e compromisso por parte dos católicos tradicionais e assemelham-se aos pentecostais por seu compromisso e comportamento ascético”.

2.1 O que a Renovação Carismática entende por Renovação Carismática

Os carismáticos consideram-se como aqueles que buscam voluntariamente livrar-se dos males pecado e da perdição e por isso, o discurso da RCC incide notadamente sobre a questão moral. Práticas como o sexo fora do contexto matrimonial ou o consumo de cigarro e bebida alcoólica são abertamente condenadas, tanto por seus líderes como pelos fiéis de um modo geral. Isso gera entre os membros do Movimento um sentimento de que estes estariam mais próximos da “graça” e da “vontade de Deus”, ao contrário, de outros movimentos até do interior da Igreja Católica que não tem essa preocupação da mesma forma que a RCC³⁴. Benedetti (2001, p. 61) considera que os carismáticos “julgam-se expressão da verdadeira Igreja” e por isso esperam convertê-la, chegando a uma atitude de sectarismo³⁵.

Esse é sempre um motivo de desconforto e muitas vezes até de segregação, principalmente no âmbito paroquial, em que os membros da RCC necessitam conviver com outros movimentos e pastorais. Nas festas paroquiais, por exemplo, alguns carismáticos recusam-se a participar, com a acusação de que essas quermesses estariam “promovendo a perdição” e distantes de um sentido religioso, devido principalmente à livre comercialização de bebidas alcoólicas e ao tipo de música tocada.

Isso gera entre os carismáticos um discurso de que os integrantes de outros Movimentos “ainda precisam se converter” e de que os carismáticos é que estariam “um passo

³³ Mariz (2001, p. 26) diz que os carismáticos possuem, portanto, “um padrão pessoal de moral mais rígido, mais ascético do que o pregado pela Igreja Católica em geral”.

³⁴ Mariz (2001, p. 27) diz sobre carismáticos e pentecostais protestantes nas classes populares, que “ambos os grupos colocam ênfase também na distinção entre nós e o *mundo*”.

³⁵ O Documento 53 chega a advertir à RCC dizendo: “20. Nenhum grupo na Igreja deve subestimar outros grupos diferentes, julgando-se ser o único autenticamente cristão”. Disponível em < www.cnbb.org.br > Acesso em: 26/12/2007.

à frente”, ou mais próximos da “graça e da vontade Deus”, porque não pactuam com essas práticas como fazem muitos católicos tradicionais que, segundo os carismáticos, não dão um testemunho verdadeiramente cristão.

Numa conversa a respeito da minha pesquisa que tive com Tácito Coutinho³⁶, mais conhecido como Tatá, que é membro do Conselho Nacional da RCC e participante do Movimento há mais de 35 anos, ou seja, desde os primórdios da RCC no Brasil, este me dizia que considera o discurso moralizante da RCC como herança do Pentecostalismo como um todo. Para Tatá, o discurso moral da RCC, que implica uma aceitação total da pregação do Vaticano sobre uso de métodos anticoncepcionais, divórcio, homossexualismo, dentre outros temas, e não significa apenas, uma forma desta se enquadrar no discurso moral do catolicismo, mas principalmente uma herança do Pentecostalismo.

O discurso utilizado pelas classes dirigentes da RCC, tendo em vista a legitimação do Movimento entre os fiéis, visa demonstrar que por serem portadores de uma nova prática e de uma nova vivência dentro do catolicismo, a qual seria a de “viver no Espírito” ou “vida no Espírito” ou ainda de “viver como batizados no Espírito Santo”, os leva a proferirem um discurso que pode ser considerado, por vezes, até como etnocêntrico e sectarista, o qual não é comum de ser encontrado em outros movimentos ou grupos da Igreja Católica da mesma forma que o é na RCC, mesmo o catolicismo sendo uma religião que pode ser considerada como totalizante.

A classe dirigente do Movimento, com o intuito de realizar uma formação doutrinária que efetivamente mobilize seus membros, considera a emergência do pentecostalismo contemporâneo como um sinal do “fim dos tempos”, já que baseados na doutrina oficial da Igreja Católica acreditam que o tempo atual em que estamos vivendo é o “tempo do Espírito Santo” e que este tempo seria o “último” antes da “volta definitiva de Jesus”. E por isso, a RCC como um Movimento pentecostal e que tem o batismo no Espírito Santo e conseqüentemente a “vida no Espírito” como uma questão central, considera-se como um sinal visível da “manifestação da vontade de Deus” para os tempos atuais. O Catecismo da Igreja Católica (CIC: 686) trata desse assunto quando diz que:

O Espírito Santo está em ação com o Pai e o Filho do início até a consumação do Projeto de nossa salvação. Mas é nos “últimos tempos”, inaugurados pela

³⁶ Conteúdos de depoimentos dados por Tatá constam na pesquisa de Dávila (2000), período em que foi o Coordenador Nacional da RCC, e na dissertação de Sousa (2005).

Encarnação redentora do Filho, que ele é revelado e dado, reconhecido e acolhido como pessoa.

Assim, baseados em sua inspiração pelo Espírito Santo, que foi recolocado em pauta no interior da Igreja Católica, a partir do final do século XIX, a RCC considera-se como um fruto concreto desse “novo tempo”, que seria então, o último.

Foi possível que eu chegasse a essas constatações, após longo tempo de observação do discurso de diversas lideranças da RCC, em vários eventos em que tive a oportunidade de participar. Pude notar que tal discurso gera entre os membros do Movimento uma coesão interna muito eficaz, pois a idéia de que a RCC é o Movimento que leva à verdadeira conversão e que estas conseqüências positivas coincidem com um crescimento e uma eficácia que o Movimento tem tido ao longo dos últimos anos. Sua expansão física, o aumento do número de adeptos e a sua aceitação por parte de setores da hierarquia são alguns dos elementos que são sempre usados nesse sentido, o que os leva a crer que se estivermos, de fato, no “tempo do Espírito Santo”, a RCC como um movimento pentecostal estaria dando os frutos que lhes são próprios e em maior proporção do que os outros movimentos que não estão na mesma perspectiva que a RCC está.

O que consideramos aqui como a eficácia que a RCC tem tido pode estar no mesmo contexto em que Dávila (2000, p. 309) se referiu à idéia de “novidade” e disse acreditar:

[...] que a RCC aposta na novidade como recurso para atrair os fiéis, mas esses fiéis poderão perceber que não há novidade na mensagem e poderão cansar-se do mesmo discurso, portanto, é possível que o pentecostalismo católico esteja com seus dias contados e seja perene enquanto efêmero.

Ou seja, crises no projeto evangelizador da RCC, diminuição do número de adeptos ou embates com a hierarquia, podem ser alguns dos motivos que não permitam mais que o discurso de eficácia da RCC e a sua conseqüente idéia de “novidade” sustentem da mesma forma o Movimento. Não quer dizer que devemos acreditar, assim como Dávila, que o pentecostalismo católico possa estar com os seus dias contados. Mas, com o possível esgotamento da idéia de novidade, se faria necessária uma nova adequação dos discursos e das práticas da RCC, o que poderá dar ao Movimento um caráter menos sectarista. E com uma classe dirigente menos burocratizada e um discurso mais próximo à realidade da vida dos fiéis, o Movimento adquiriria novas feições. Se melhores ou piores, não caberia aqui julgar, mas novas e diferentes, muito provavelmente viriam a ser.

3. As feições institucionais da Renovação Carismática Católica

A RCC como forma de inserir-se e permanecer no interior da Igreja Católica de modo que pudesse dialogar com a hierarquia e ter o seu aval necessitou se institucionalizar. Esse fato acarreta mudanças muito significativas para o Movimento, onde é possível notar vantagens e desvantagens, além de posições, tanto fora quanto dentro do Movimento, otimistas, mas também pessimistas em relação à sua institucionalização.

A institucionalização da RCC se deu pelo esforço do Movimento, mas também da hierarquia, o que resultou em uma “confluência” de ambos interesses e que gerou uma “submissão autônoma” da RCC, pois o Movimento subestimou a primazia do carisma frente à institucionalização gozando ainda assim, de uma relativa autonomia no interior da Igreja Católica, ou seja, para se constituir no interior do catolicismo, a RCC necessitou se burocratizar usando um modelo de gestão que estivesse de acordo com o que é utilizado pela hierarquia para administrar a Igreja, o que acelerou o processo de aceitação do Movimento por diversos setores clericais e conseguiu ainda assim, manter uma relativa autonomia dos seus membros em relação ao clero, que a chamo de uma “submissão autônoma³⁷”, mas que teve como efeito adverso e talvez menos ou mais desejado, a burocratização do Movimento como um todo, mas principalmente da sua classe dirigente. O coordenador nacional da RCC acredita que o modelo utilizado pelo Movimento para sua gestão é baseado no próprio modelo que a Igreja já utiliza³⁸ e então diz que:

³⁷ Brenda Carranza denomina essa situação como o “paradoxo carismático”: “As relações da RCC com a hierarquia da Igreja Católica representam um paradoxo entre a espontaneidade do carisma e a necessidade de controle do mesmo para evitar riscos e desvios (Dávila, 2000, p. 129)”. “Nesse sentido a RCC vive um paradoxo: de um lado, ela tem uma força exclusiva dentro de si, a sua proposta religiosa atrai as massas, o que a torna independente da Instituição Igreja; do outro lado, ela está sempre adaptando-se e submetendo-se constantemente à instituição [...]”. (ibid. 2000, p. 135). E Ronaldo de Sousa classifica como “autonomia sutil”: “[...] isso não se processa de outro modo se não por meio de uma sutil autonomia desenvolvida através de práticas de poder. Não é uma autonomia manifesta, mas implícita, às vezes escondida por trás de uma aparente adesão incondicional (Sousa, 2005, p. 131)”. “Os líderes da RCC dificilmente assumem uma posição claramente contrária à hierarquia, exatamente pela necessidade de legitimação do movimento. Porém, afirmam sua identidade carismática através de estratégias sutis e de algumas burlas (ibid, 2005, p. 125-126)”.

³⁸ Oliveira (1978, p. 73) observou já no início da RCC brasileira que “é porque mantém em seu interior a mesma estrutura clerical da Igreja Católica, que a RC pode ajustar-se a ela, sem que esse ajustamento exija alterações estruturais”.

Porque nós estamos inseridos em uma realidade eclesial e como movimento nós também devemos ver o que a Igreja diz, nós devemos dar uma resposta também ao que essa Igreja solicita. Então, essa organização institucional é porque a Igreja também está organizada institucionalmente³⁹.

Difícilmente, em um contexto anterior ao que foi proporcionado pelo Concílio Vaticano II, movimentos como a RCC tivessem condições adequadas para o seu desenvolvimento no interior da Igreja. Só no contexto pós-conciliar é que foi permitido à RCC, assim como aos outros movimentos que surgiram no mesmo contexto histórico, a sua constituição, o seu desenvolvimento e sua conseqüente institucionalização.

Mesmo com as novas perspectivas trazidas com o Concílio, inicialmente a RCC teve muitas dificuldades para viver no interior da Igreja Católica a sua “identidade carismática”, que era tida como muito próxima ao pentecostalismo protestante. O controle e a vigilância da hierarquia tiveram um papel fundamental na formação desta identidade. No caso brasileiro, tanto a ala tradicional quanto a progressista do clero viram com muitas reservas as práticas e a atuação da RCC. A primeira, por causa da prática subjetiva e da maior espontaneidade que a RCC apresenta, o que fere o racionalismo e o ritualismo tão valorizados por esse setor da Igreja. E a segunda, por causa do caráter “alienado” que viam na prática religiosa da RCC, com relação à política e aos problemas sociais, já que o Movimento colocaria sua ênfase, sobretudo, no espiritual e no individual.

Grande foi, então, o esforço da hierarquia para enquadrar esses movimentos pós-conciliares na estrutura de administração da Igreja e maior ainda para encaixá-los na realidade paroquial, o que não se deu harmonicamente, principalmente quanto à RCC. Como consequência para esse Movimento, conforme assinala Brenda Carranza:

[...] estruturar o carisma foi um dilema que a RCC precisou resolver e teve seu preço. Por um lado, organizar implicou matar a dimensão carismática do incipiente movimento, por outro lado, permitiu-lhe a integração com a hierarquia católica, mesmo que essa incorporação tenha oscilado entre aceitação, rejeição e/ou clericalização da RCC (Dávila, 2000, p. 40).

A RCC do Brasil foi trazida, iniciada e levada à frente com a ajuda do clero, principalmente, por padres. Para a América Latina, esse contexto ainda se aplica, pois nesses

³⁹ Marcos VOLCAN. Entrevista concedida ao autor em 15 de novembro de 2007.

países, grande parte dos cargos de coordenação da RCC estão confiados a membros da hierarquia, o que pode ser um dos fatores que expliquem um menor desenvolvimento da RCC nesses países quando comparado com o Brasil⁴⁰, mas mostra também que a institucionalização da RCC no Brasil, por mais que burocratize o Movimento, ainda o deixa com uma certa autonomia que dificilmente seria vista se, ao contrário, a liderança estivesse a cargo do clero. Mas, por outro lado, utilizando a tipologia weberiana, podemos entender a classe dirigente da RCC como a que exerce o “sacerdócio”, ou seja, esta desempenha uma função similar à que Weber descreve, quando entende que o corpo sacerdotal serve a uma instituição e que por isso, o “carisma” e sua manifestação estão institucionalizados. Weber entende que:

[...] os sacerdotes pertenceriam a uma empresa ou instituição. O sacerdote é um cargo, seu carisma não lhe pertence, mas a uma instituição. Como agentes especializados dessa instituição, os sacerdotes se opõem a quem pretenda de forma autônoma e independente da instituição ter carisma (Mariz, 2003, p. 81).

Em minhas observações pude notar que alguns membros da classe dirigente usam, por exemplo, o termo “unção de coordenador” para legitimar muitas das suas ações, mesmo não considerando-as como “divinamente inspiradas”, por acreditarem que estar na liderança ou em algum cargo de coordenação na RCC, já seria a prova da “inspiração” necessária para que suas ações sejam legitimadas⁴¹. Entendo que, portanto, a institucionalidade da RCC tem colocado o seu caráter “carismático” (no sentido weberiano) em segundo plano, devido à tendência burocratizante que o Movimento tem admitido em nome de sua aceitação, inserção e desenvolvimento no interior do catolicismo⁴². No entanto, o que constatamos aqui, Pedro de Oliveira havia admitido que poderia ser uma tendência para o futuro da RCC, caso os cargos de coordenação do Movimento viessem a se institucionalizar, o que de fato ocorreu:

Mas, se ela [a RCC] vier também a institucionalizar as instâncias de governo interno, sofrerá uma perda em sua característica peculiar, que é de atribuir à ação direta do Espírito Santo as experiências e manifestações religiosas, inclusive as de governo (serviço) interno da RC (Oliveira, 1978, p. 70).

⁴⁰ Sobre o contexto latino-americano, o coordenador nacional da RCC diz: “Mas, a Igreja nesse sentido mais institucional tem uma influência muito grande na forma de se organizar a Renovação nesses locais. Enquanto que a Renovação no Brasil tendo uma maior atuação dos leigos se diferencia um pouco”. (Marcos VOLCAN. Entrevista concedida ao autor em 15 de novembro de 2007).

⁴¹ Além disso, a classe dirigente da RCC transita pelos mais variados Conselhos, Ministérios, núcleos e equipes de serviço. Isso pode indicar tendência à burocratização e até uma “profissionalização” dessa classe.

⁴² Já no início da RCC no Brasil, Pedro de Oliveira constatou que “[...] embora a RC tenha uma proposta de renovação contestadora da estrutura clerical, sua própria estrutura interna é clerical (Oliveira, 1978, p. 73)”.

Atualmente é possível notar também que a RCC tem promovido muito mais eventos com o nome de “congresso” ou “encontro” (congressos e encontros diocesanos, estaduais e nacionais do Movimento como um todo ou de seus Ministérios especificamente) do que outros que possuam marca de uma maior subjetividade como “louvor”, “cenáculo”, “rebanhão”, “aprofundamento”. Isso indica, sem dúvida, o caráter mais institucionalizado que o Movimento está seguindo, o que entretanto, para uma visão mais otimista, pode representar uma maior “maturidade” que o Movimento⁴³ tem alcançado. Entendo, porém, que essa tendência é resultado da “confluência” dos interesses da RCC com os da hierarquia referidos acima.

Essa visão mais otimista da institucionalização da RCC pode ser encontrada em Ronaldo José de Sousa. Para este autor, o caráter “carismático” limita-se sempre à experiência fundante de qualquer instituição, mas posteriormente se faz necessária a burocratização. O autor pactua com a visão de Weber de que existe a tendência do carisma se institucionalizar após a “morte” da “liderança carismática”, para que seus descendentes consigam a manutenção da dominação⁴⁴.

A visão de Sousa pode estar marcada, porém, pelo fato deste participar de cargos de coordenação no Movimento há algum tempo. Provavelmente, tal fato, o tenha levado a ter uma visão mais entusiasmada e otimista em relação ao caráter institucional que a RCC tem tomado. O que o autor pareceu não considerar, portanto, foi o que o próprio Weber entende como uma “reação” dos que primam pelo caráter institucional em detrimento daqueles que venham a manifestar o “carisma”. Inspirado também na tipologia de Weber, a consideração de Pierre Bourdieu é a de que:

O paradoxo do processo é que, com a morte do profeta, os discípulos mais próximos procuram apropriar-se de seu *carisma* e a transmiti-lo a novos discípulos, institucionalizando-o e assim se constituem novos sacerdotes, que sistematizarão a mensagem profética em forma de doutrina e criarão novos rituais [...]. Assim, a

⁴³ Hoje, uma grande campanha que mobiliza a RCC é a de captação de recursos para a construção do seu Centro Nacional de Formação, que visará dar subsídios para uma formação mais aprofundada aos seus membros de todo o território nacional. Essa é, então, uma grande aposta do Movimento atualmente. O que não deixa de ser uma consequência da referida “confluência” dos interesses da RCC de um lado e da hierarquia do outro, pois o próprio Documento 53 insiste na formação litúrgica, bíblica e doutrinal dos membros da RCC que não tem, atualmente, medido esforços em investir nessa formação do Movimento e o Centro Nacional torna-se, portanto, uma materialização dessa “confluência” de interesses.

⁴⁴ Segundo o autor: “Nesse sentido, diria que a liderança carismática é limitada à experiência fundante, carecendo de que se desenvolvam, na própria experiência, ou fora dela, lideranças com outro perfil, mais burocrático, capazes de conduzir o fenômeno a partir do ponto em que ele exige esse estágio de racionalização (Sousa, 2005, p. 202)”.

seita de origem transforma-se em *igreja*, que no futuro será objeto da contestação de novos profetas, num processo infundável (Oliveira, 2003, p. 188).

Precisamos considerar aqui, a aplicação correta dos termos, já que a tipologia weberiana pode ocasionar alguns enganos se a aplicarmos diretamente ao caso que estamos expondo em relação à RCC⁴⁵. Nesse referencial teórico de Weber e de Bourdieu, o “sacerdócio” da RCC seria a sua institucionalização que de “seita”, a transformou em “igreja”, fazendo com que esta deixasse de ser “profeta” em nome da institucionalização do “carisma”, que no caso da RCC, foi perdido devido à “confluência” de seus esforços para inserir-se no catolicismo, junto aos do clero para adequá-la à realidade institucional eclesial. A tendência que vejo então para a RCC é de que a “espiritualidade carismática” pode estar se diluindo em outras manifestações como as Novas Comunidades, por exemplo, e que este “processo infundável” referido acima, pode dar seus sinais visíveis através destas manifestações⁴⁶. Essa que é a causa do otimismo de Sousa, vejo como sendo apenas a constatação de uma tendência que ocorre com a institucionalização do “carisma”, mas que o autor parece não ter considerado completamente.

É inusitado, portanto, ver um Movimento que tem o termo “carismática” no nome, se encontrar institucionalizado e burocratizado da forma como o vemos atualmente⁴⁷. Considerando isso, obviamente, a partir de uma perspectiva que entende a instituição como sendo, até de certa forma, antagonista ao “carisma” e entendendo que o “carisma” pode dispensar a instituição e que esta pode, contudo, indicar a ausência de “carisma”. Claro que o termo “carisma” para a RCC e para a Sociologia possui significados distintos, como já foi mencionado, mas a manifestação dos “carismas” (da RCC) que neste trabalho são chamados de “dons carismáticos” acaba por gerar um “carisma” (no sentido sociológico) em favor dos indivíduos que são seus portadores. A RCC, contudo, pelo seu esforço de legitimação, tem renunciado a esse potencial “carismático”. A esse respeito, Brenda Carranza diz que:

“Embora desde suas origens a RCC se tenha debatido entre sua potencialidade carismática (autonomia dos leigos alicerçados na certeza de serem portadores também do sagrado, exercendo os dons e carismas do Espírito Santo) e a institucionalização do carisma, a RCC sucumbiu à rotinização e burocratização da sua potencialidade de oposição ao sistema religioso estabelecido, tornando-se um movimento religioso que vivencia o paradoxo entre a espontaneidade do carisma e a

⁴⁵ O cuidado deve ser em função do uso de termos como “sacerdócio”, “carisma” e “igreja” que possuem outros significados para o catolicismo.

⁴⁶ Este tema é objeto de análise do capítulo 5.

⁴⁷ Benedetti (2001, p. 67) fala da dicotomia que viu na RCC entre o “calor” do Movimento em contraste à “frieza” da burocracia.

cooptação, através de mecanismos de controle, da instituição eclesial (Dávila, 2000, p. 301-302)”.

Essa institucionalização da RCC, contudo, não significou a ausência de conflitos e tensões com a hierarquia, já que a autonomia dos leigos na RCC sempre foi um grande temor para os mais variados segmentos clericais⁴⁸.

A RCC tem atualmente uma forma peculiar de organizar seus Conselhos. Estes possuem as instâncias, além da diocesana: a estadual, a nacional, a continental e a internacional. Diferente da organização que a hierarquia utiliza para administrar as Igrejas Particulares que são as dioceses, as quais se constituem em um modelo notadamente territorializado. A RCC, assim como outros movimentos católicos, encontra sérias dificuldades em se encaixar nas estruturas que a Igreja lhe impõe: a diocese e a paróquia, que são marcas de uma administração de caráter territorial⁴⁹. Sendo assim, o Movimento tem seus eventos extra-paroquiais específicos, como encontros diocesanos, congressos estaduais e nacionais, dentre outros, além de possuir uma específica formação doutrinal⁵⁰ de seus membros e objetivos próprios ao Movimento, o que acaba sendo grande causa de conflitos entre a RCC e o clero, pois as instâncias de organização da RCC solicitam seus membros em diversos eventos, levando-os assim, a deixarem muitas vezes os seus compromissos paroquiais em nome do Movimento. Sílvia Fernandes (1996, p. 113) viu que “os leigos da RCC obedecem à organização central do Movimento e isso gera um certo mal-estar nas comunidades no que se refere às outras agremiações religiosas que obedecem à organização paroquial”.

A RCC, por isso, parece ter condições de atuar de maneira muito mais “flexível” do que atuam as dioceses. As dificuldades de a RCC se adaptar a essas estruturas rígidas são grandes geradoras de conflitos entre ambos⁵¹, porém essa flexibilidade pode ter permitido à RCC atuar na realidade urbana de uma forma que a Igreja não pudesse exercer o seu controle sobre o Movimento de forma eficaz.

⁴⁸ Dávila (2000, p. 134) diz: “O exercício da autonomia leiga é um temor dos bispos e está implícito na sua resistência à RCC”.

⁴⁹ Oliveira (1978, p. 70) via a falta de lugar do bispo nas instâncias de administração da RCC e que esse seria, então, o principal motivo de conflito entre a RCC e a hierarquia.

⁵⁰ Que conforme foi dito no primeiro capítulo visa manter a identidade carismática no interior do catolicismo (p. 05).

⁵¹ O Documento 53 tenta territorializar a RCC. Um exemplo é a solicitação de autorização do bispo para o trânsito de pregadores do Movimento entre as dioceses: “31. Os convites a pessoas de outras Dioceses para conferências, palestras, seminários e outros eventos, sejam feitos com a devida anuência do bispo diocesano ou de quem for por ele indicado”.

3.1 A intermediação sacerdotal e a intermediação leiga

Para o sociólogo da religião Max Weber, “[...] a autoridade carismática, que se baseia numa crença na santidade ou no valor do extraordinário, e o domínio tradicionalista, que se baseia na crença na santidade das rotinas cotidianas, dividem as mais importantes relações de autoridade entre si”. (Weber, 1974, p. 341). E o que vemos com as novas perspectivas que a RCC traz para o catolicismo é a manifestação dos “dons carismáticos do Espírito Santo” entre os membros do Movimento, o que tem sido visto, então, como grande causa de conflitos entre o clero e os leigos, justo por essa se basear no “valor extraordinário” em detrimento das “rotinas cotidianas” que os sacramentos promovem nessa religião, conforme sugere Weber.

Os sacramentos, conforme foi explicitado anteriormente, em relação à “catolicidade” que estes preservam nos membros da RCC podem vir a ser entendidos como instrumentos de controle usados pela hierarquia da Igreja Católica, pois os católicos em geral, para terem acesso aos sacramentos e poderem assim cumprir essas obrigações religiosas e manterem a sua catolicidade garantida necessitam, inevitavelmente, da intermediação sacerdotal. Assim sendo, essa prática religiosa mantém-se ligada à figura do sacerdote. Os dons carismáticos, no entanto, não estão submetidos a essa mesma lógica, ou seja, a intermediação para o acesso a estes dons pode ocorrer de leigo para leigo e até mesmo de leigo para sacerdote.

A intermediação sacerdotal dos sacramentos e a intermediação leiga dos dons carismáticos devem ser compreendidas, portanto, como grandes geradoras de conflito entre a hierarquia e os membros da RCC, pois a prática dos dons carismáticos por parte dos leigos faz com que estes passem a ter um poder, de certa forma, autônomo em relação ao clero⁵², já que realizam uma comunicação direta, ou seja, dispensam a intermediação sacerdotal na prática dos dons carismáticos⁵³. Os sacramentos representam, portanto, uma ação de controle do clero sobre a RCC e os dons carismáticos promovem uma ação de “descontrole”, dos membros do Movimento em relação ao clero.

⁵² A RCC é capaz de promover alguns grandes eventos em que a presença do clero é secundária, apenas como um ministro dos sacramentos, onde a manifestação dos dons carismáticos por parte de algumas lideranças destacadas do Movimento acaba por colocar a figura de padres e bispos em segundo plano. Alguns exemplos são os de pregadores como Roberto Tannus e Ironi Spuldaro, em que decisivo para o sucesso do evento é a divulgação do nome do pregador.

⁵³ Entretanto, o clero pode também manifestar, sem dúvida, os dons carismáticos, porém o caráter de seu ministério ordenado fica em segundo plano, o que nesse sentido, os coloca no mesmo patamar dos leigos.

Além disso, os carismáticos resignificam, a seu modo, a prática sacramental. Quando perguntava aos meus entrevistados se prefeririam participar de uma “missa carismática” ou de uma missa “tradicional”, em geral me respondiam que “é a mesma coisa”, “não há diferenças”, “missa é missa de qualquer jeito e em qualquer lugar”. Sem dúvida, as missas de orientação carismática são preferidas por estes, mas se não for possível, a missa tradicional cumpre o mesmo papel. O que se coloca em jogo aqui é a submissão dos membros do Movimento ao discurso da hierarquia, ao dizerem que a missa não deve ter diferenças quanto a forma de sua celebração. Isso, em uma situação de entrevista coloca-se como algo que precise ser respondido conforme a “conveniência” interna do grupo. O fato, porém, é que a participação em “missas carismáticas” cumpre um papel muito peculiar para o Movimento, e com isso, para onde quero chamar a atenção é em relação à resignificação que é promovida pelos membros da RCC do culto católico, adaptando-o à sua “identidade carismática”.

Já em relação à Confissão, certa vez, presenciei o Monsenhor Jonas Abib, grande líder do Movimento no Brasil, falando sobre a necessidade do católico desvincular-se do espiritismo e que para isso seria necessária a Confissão. Porém, se o padre que o atendesse para a Confissão não considerasse o envolvimento com o espiritismo como pecado, o católico deveria se preocupar em pedir a “absolvição”, independente da opinião do mesmo. Ou seja, o sacramento passou a ter um caráter utilitário para que o indivíduo possa viver plenamente a seu “modo carismático⁵⁴”. Esse utilitarismo, portanto, resignifica de certa forma também, o papel do sacerdote.

Nota-se, então, que é possível o clero ser colocado em segundo plano na manutenção da identidade carismática no interior da Igreja. A RCC estando inserida na lógica do catolicismo adere incondicionalmente aos sacramentos e à idéia de “unidade” também muito preconizada pelo catolicismo romano. E com esse ideal de unidade, a RCC não pretendeu ao longo do seu processo de formação desmembrar-se da Igreja Católica, ao contrário, devemos ver o Movimento indo sempre no sentido de se enquadrar ao catolicismo, ao mesmo tempo em que a hierarquia fazia o mesmo esforço, o que classifiquei como a “confluência” de ambos interesses que resultam na “submissão autônoma” da RCC. Na vida dos membros da RCC, contudo, os sacramentos assumem um papel muito mais utilitário do que central.

O que nota-se enfim é que de alguma forma a idéia de intermediação com a RCC foi resignificada. E não podemos deixar, contudo, de considerar também que a RCC surge e

⁵⁴ A devoção ao Santíssimo Sacramento também tem um significado bem peculiar para a RCC. Sousa (2005, p. 14) chega a dizer que “[...] a figura do sacerdote quase que desaparece, em razão da ênfase sobre a hóstia. O fato de tocar o Santíssimo valeu muitas críticas da parte de setores tradicionais da Igreja”.

encontra-se situada em um momento histórico muito peculiar e que sofre influência direta das “estruturas mais amplas” da sociedade, onde a valorização do individualismo é uma tendência inerente ao catolicismo e à sociedade como um todo. Cecília Mariz quando fala dos processos de autonomização pelos quais a RCC vem passando diz que:

A influência dos discursos individualistas, que entendem os indivíduos como autônomos e que valorizam essa pretensa autonomia, é certamente uma das fontes principais de maior pluralidade, seja quando essa influência é vista como negativa, seja quando é considerada positiva (Mariz, 2006, p. 65).

4. Relações entre a RCC e a hierarquia em seus diferentes níveis

Proponho aqui que analisemos as relações entre a RCC e a hierarquia, da mesma forma que a Igreja Católica procede e se relaciona, tanto com a RCC, como com qualquer segmento no interior da Igreja em seus diferentes níveis, ou seja, minha proposta é a de que analisemos as relações entre a RCC e a hierarquia de um ponto inicial, o Vaticano, que é a sua instância maior, passando pela CNBB, que é o segmento que possui um caráter mais regionalizado e particular para o caso do Brasil, mas que ainda sim diferencia-se bastante em relação ao último ponto de relacionamento entre a RCC e a hierarquia, que é a paróquia, pois nesse último contexto, as relações entre ambos apresenta seu aspecto mais conflituoso, visto que é lá onde os conflitos se processam cotidianamente e sem a formalidade que existe, por exemplo, com a CNBB, pois por mais que as relações entre a RCC e a Conferência dos bispos tenham sido até certo ponto tensas, elas se dão entre as lideranças de ambos os segmentos e de forma institucional.

Para esses três níveis clericais, portanto, a RCC apresentou aspectos que suscitaram interpretações distintas por parte do clero, em diferentes momentos. Esses comportamentos podem ser divididos em duas linhas, que seriam os motivos que levaram à aceitação do Movimento e por outro lado, os que levaram às tensões entre ambos.

Em relação à aceitação da RCC pela hierarquia os principais motivos foram: a formação doutrinal dos leigos que para a RCC tinha o intuito de permitir que estes se inserissem no interior da Igreja e pudessem dialogar doutrinariamente e ainda livrarem-se das críticas de despreparo e de exageros inerentes ao Movimento⁵⁵; posicionamento da RCC frente ao pentecostalismo protestante, avançando por áreas em que a Igreja tinha dificuldade, principalmente o espaço urbano; atuação nos meios de comunicação⁵⁶, onde os pentecostais protestantes já vinham atuando; vocações religiosas⁵⁷ de pessoas que dizem tê-la “encontrado”

⁵⁵ Tatá me disse que os membros da RCC, especialmente os da classe dirigente, tiveram que se habituar a ler os documentos da Igreja, tendo em vista o seu esforço em se institucionalizar.

⁵⁶ No Brasil são pelo menos duas emissoras de TV de orientação carismática com abrangência nacional: TV Século XXI e TV Canção Nova.

⁵⁷ O então cardeal Ratzinger, hoje Bento XVI disse sobre a RCC: “Eu mesmo constatei pessoalmente a sua eficácia: em Munique, algumas boas vocações ao sacerdócio vieram-me do movimento”.

Disponível em: < <http://blog.cancaonova.com/felipeaquino/2007/07/26/os-40-anos-da-renovacao-carismatica-catolica/> > Acesso em: 29/12/2007.

na RCC; vida sacramental dos seus membros e a sua inserção no interior da Igreja preservando a estrutura clerical⁵⁸.

Já os principais motivos de tensões foram: exageros e práticas externas do exercício dos dons carismáticos, que eram vistas com muita reserva pelo clero, como a oração em línguas, o repouso no Espírito e exorcismos; proximidades com o protestantismo que poderia resultar em perda de fiéis; eventos paralelos aos da diocese ou da paróquia, devido à organização própria que o Movimento possui; priorização sistemática do “espiritual” e do “individual”, em detrimento de problemáticas sociais; a intermediação leiga dos dons carismáticos que representavam falta de controle sobre essas práticas que dispensam a intermediação do sacerdote; falta de formação de alguns membros e especialmente de algumas lideranças.

Cabe agora, então, ver como que essas percepções da hierarquia a respeito do Movimento resultaram em reações por vezes favoráveis e em outras contrárias à RCC, considerando separadamente os três níveis principais em que esse relacionamento acontece.

4.1 A RCC e o Vaticano

É polêmica a frase de Reginaldo Prandi quando diz que “[a RCC] logo encontrou na hierarquia apoio indisfarçado (Prandi, 1996, p. 160)”. Para autores como Ronaldo de Sousa (2005) e Brenda Carranza (Dávila, 2000, p. 140) é difícil concordar com Prandi devido a todas as tensões existentes entre a RCC e a hierarquia, as quais são relatadas por estes autores ao longo dos seus trabalhos. Mas, se considerarmos que Prandi, ao falar da hierarquia referia-se exclusivamente ao Vaticano, o autor teria motivos relevantes para que considerássemos sua formulação como coerente, o que, no entanto, resultaria no contrário caso for levada em conta a hierarquia como um todo. A alta hierarquia católica, entenda-se aqui o Vaticano, e principalmente os papas, a partir de Paulo VI, passando por João Paulo II e atualmente com Bento XVI e contando nesse período, a partir do Concílio Vaticano II, com as contribuições

⁵⁸ Isso levou alguns autores alinhados com as CEB's a crerem que a RCC foi um instrumento planejado e arquitetado pela hierarquia de caráter reacionário, conservador e financiado por capital estrangeiro. (Sousa, 2005, p. 199).

do cardeal Suenens, sempre viu com bons olhos a RCC, a apoiou e buscou a manutenção do diálogo no interior da Igreja. O coordenador nacional da RCC do Brasil concorda que esse seja o posicionamento do Vaticano, quando diz que:

Desde o início, a Renovação procurou estar próxima da hierarquia. O cardeal Suenens a apresentou em 1973 para o Papa Paulo VI no grande Congresso Internacional em Roma. O Papa manifestou o seu, entendendo que a Renovação seria “uma oportunidade para a Igreja”. Depois, o papa João Paulo II também apoiou muito o Movimento. Nós temos um escritório dentro do Vaticano, o ICCRS. Então, essa relação institucional em âmbito internacional tem sido muito boa e tem colaborado bastante com a Renovação⁵⁹.

A aprovação pontifícia pode, no entanto, se tornar motivadora de algumas tensões, tendo em vista que o Movimento pode pautar sua autonomia em certas aprovações que recebera do Vaticano. Um exemplo dessa motivação se deu em relação ao Documento 53, onde o uso do termo “Batismo no Espírito Santo” que o Documento 53 visou proibir, havia sido autorizado pelo Vaticano em publicações anteriores⁶⁰. Entretanto, nas relações entre a RCC e o Vaticano, o que sempre se observou foram uma cumplicidade e ausência de conflitos.

No entanto, conforme assinala Sousa (2005, p. 71) “[...] o apoio de Roma não significou a criação de um ambiente favorável ao movimento em solo brasileiro” e isso é o que analisamos a seguir.

4.2 A RCC e a CNBB

As relações da RCC com a CNBB nem sempre foram tão harmoniosas como as relações com o Vaticano. A CNBB careceu de um pronunciamento oficial a respeito do Movimento por muito tempo. Na década de 1970, apenas uma nota no ano de 1973 e o estudo encomendado ao CERIS que foi feito por Pedro de Oliveira e publicado em 1978. No mais, apenas algumas reflexões, mas sem nenhum pronunciamento de caráter oficial. Alguns

⁵⁹ Marcos VOLCAN. Entrevista concedida ao autor em 15 de novembro de 2007.

⁶⁰ Sousa, 2005, p.189.

pesquisadores entendem que essa omissão se deu em razão de a CNBB ainda não possuir uma posição definida a respeito da RCC e por isso não saberia ainda o que fazer com o Movimento⁶¹. Apenas no ano de 1994, quase vinte e cinco anos após a chegada do Movimento em solo brasileiro, foi que a Conferencia dos Bispos publicou um documento referido exclusivamente à RCC: o famoso e temido Documento 53. O cerceamento que o Documento visou promover sob a RCC, com todas as suas medidas restritivas e de controle sobre as práticas do Movimento levou Prandi a dizer que o Documento “paira como um fantasma” sobre a RCC⁶². O Documento 53 recebe o título de *Orientações Pastorais sobre a Renovação Carismática Católica*. Sobre o Documento, o atual coordenador nacional da RCC do Brasil disse-me que:

Em 1994, com o Documento 53, apesar de ter um caráter disciplinador por ser um Documento Pastoral, ele não trata das grandes questões do Movimento, mas quer disciplinar algumas práticas. Esse Documento então, não teve o efeito Pastoral desejado, pois ele teve um caráter apenas restritivo.

Apresento aqui um breve resumo de algumas definições contidas nos principais parágrafos do Documento 53⁶³ e que denotam o caráter restritivo que o Documento buscou promover sobre a RCC. Em seus dez primeiros parágrafos, o Documento traz uma introdução e uma reflexão sobre a importância do Espírito Santo para a Igreja. As referências restritivas começam já no parágrafo 12 quando alude à despreocupação com as problemáticas sociais; o 14: carismas *versus* a caridade; 17: superioridade hierárquica; 19: isolamento da RCC nas paróquias; 21: designação de um bispo para acompanhar a RCC; 22: evitar paralelismos nas paróquias; 24: integração do Movimento às propostas da Igreja do Brasil, como a Campanha da Fraternidade e o Mês da Bíblia; 27: o grupo de oração tendo que engajar-se na paróquia e na diocese; 29: evitar termos já consagrados como “pastor” e “ministério”; 31: prévia autorização para o trânsito de pregadores entre as dioceses; 32: aprovação eclesial das publicações da RCC. Quanto à Bíblia, 35: evitar os perigos do fundamentalismo e do intimismo e 36: dar importância à formação bíblica. Quanto à liturgia, 39: receberem formação litúrgica, 41: evitar excessos na missa como aplausos e louvores a Jesus Eucarístico e 42: fazer uso de cantos litúrgicos. Quanto à vivência da fé, 49: evitar alimentar o seu caráter subjetivo, 50: participar de programas sociais e 52: buscar a coerência entre a fé e a vida

⁶¹ Sousa, 2005, p. 175 e Dávila, 2000, p. 137.

⁶² Prandi, 1996, p. 58.

⁶³ Disponível em < www.cnbb.org.br > Acesso em: 26/12/2007.

cotidiana. E por fim, as questões particulares, 53: aprofundamento teológico sobre batismo no Espírito, dom de cura, dom de línguas, repouso no Espírito e exorcismos, 54: evitar o uso do termo “batismo no Espírito”, 56: não se deve ter a pretensão de pedir os carismas e nem de possuí-los, 57: ater-se às orientações do bispo quanto aos carismas, 59: evitar espírito milagreiro e mágico, 62: não se incentivar a oração em línguas, 63: as profecias não devem remeter a adivinhações futuras, 65: evitar o repouso no Espírito e por último, 66 e 67: não se ater ao poder do mal e não realizar exorcismos por conta própria.

Dom Alberto Taveira, arcebispo de Palmas-TO é o assistente espiritual da RCC no Brasil. É interessante notar um membro da CNBB, mesmo que esteja bem próximo à RCC, sugerir a possibilidade de haverem novas orientações pastorais ao Movimento, o que denota o quanto as orientações existentes até então, podem conter alguns enganos ou estar desatualizada:

Ao acompanhar a RCC, percebo que existe seriedade, busca de maior conhecimento teológico em suas lideranças e docilidade. Sugiro que a Comissão Episcopal de Doutrina promova um estudo sobre os Carismas e as práticas da RCC, com seus representantes. *Pode até surgir uma nova e mais atualizada orientação pastoral*⁶⁴.

Ronaldo de Sousa que é membro do Movimento e sentiu de perto as conseqüências do primeiro pronunciamento oficial dos bispos do Brasil sobre a RCC, vê que o Documento 53 não traz grandes novidades em relação aos objetivos da CNBB frente ao Movimento, mas que ele é apenas uma materialização das relações há muito existentes entre as duas instituições. O autor diz:

Argumento que o Documento é uma expressão materializada dos embates verificados na relação da Renovação Carismática com a hierarquia da Igreja. Depois de quase vinte e cinco anos presente no Brasil, a RCC recebeu um pronunciamento restritivo e disciplinar de seus pastores, reflexo de todas as tensões geradas pela autonomia carismática nas diversas dioceses do país (Sousa, 2005, p. 186).

Entretanto, não quero chamar à atenção em relação ao Documento 53, apenas quanto ao seu caráter restritivo e a perspectiva de controle que este trazia sobre a RCC, pois isso já se configurou como um dado reconhecido por vários pesquisadores. A grande novidade que pudemos perceber como conseqüência desse Documento foi a capacidade de a RCC reagir

⁶⁴ Disponível em: < <http://www.cleofas.com.br/virtual/texto.php?doc=NOVIDADE1&id=ni10183> > Acesso em: 30/12/2007. (grifo meu).

frente à hierarquia quando teve a vivência de sua “identidade ameaçada. Alguns termos para designar o Documento como “perda de oportunidade”, “insensatez”, “infelicidade” são possíveis de serem notados nos discursos de algumas lideranças do Movimento⁶⁵. Isso pode indicar que no futuro, mesmo com essa possibilidade não sendo tão plausível, algumas ações da hierarquia possam sofrer retaliações da RCC que poderão trazer conseqüências ímpares para o relacionamento entre essas duas instituições.

Então, a capacidade de reação da RCC vista após o Documento 53, penso que pode ser entendida como a grande novidade vinda à tona, já que buscar enquadrar, controlar e evitar excessos já eram tendências há muito percebidas da hierarquia em relação à RCC. Sem dúvida, uma contestação subjetiva da RCC existe através de suas micro-práticas conforme aponta Sousa, mas esse caráter de contestação institucional é uma grande novidade que o Documento 53 teve como consequência⁶⁶. O Documento 53 representa, portanto, um marco muito importante no que se refere ao relacionamento entre a Renovação Carismática e a Conferência dos bispos do Brasil.

Atualmente, as relações entre a RCC e a CNBB vêm tomando um novo perfil. Muito provavelmente seja pelo “amadurecimento” da própria RCC em virtude de sua crescente institucionalização e adequação às propostas da Igreja do Brasil como um todo, conforme é proposto pela CNBB⁶⁷.

Dois projetos atuais levados à frente pela RCC são claras tentativas do Movimento aproximar-se aos objetivos da CNBB, pautados nas Campanhas da Fraternidade proposta pela Conferência para os anos de 2007 e 2008⁶⁸. O coordenador nacional da RCC diz que “se a Igreja do Brasil, a cada ano tem uma proposta através da Campanha da Fraternidade, então esses Movimentos deveriam refletir sobre o que devem fazer para contribuir com a proposta da Igreja, com o que a Igreja nos pede⁶⁹”. É inusitado ver o discurso de um líder da RCC propondo que os Movimentos, mas em especial a RCC, devam se integrar aos objetivos da Campanha da Fraternidade, pois essas ações sempre foram tidas pela RCC como possuidoras

⁶⁵ Sobre o Documento 53, Marcos Volcan disse-me: “Isso eu avalio como uma oportunidade perdida por fazer a um Movimento que poderia contribuir tanto com a vida da Igreja, mais restrições do que incentivos a um Movimento que dava sinal de crescimento [...]”. Marcos VOLCAN. Entrevista concedida ao autor em 15 de novembro de 2007.

⁶⁶ Diz Sousa que “em toda parte, as práticas carismáticas acontecem independentemente da permissão dos responsáveis pela Igreja. Não há como ser diferente, considerando a índole autônoma do movimento e o fechamento institucional (Sousa, 2005, p. 128)”.

⁶⁷ O próprio Documento 53 referia-se a essa questão quando diz no parágrafo 24 que o Movimento deve integrar-se às propostas da Igreja do Brasil, como a Campanha da Fraternidade, por exemplo.

⁶⁸ A Campanha da Fraternidade 2007 teve como tema “Fraternidade e Amazônia” e em 2008 “Fraternidade e defesa da vida”.

⁶⁹ Marcos VOLCAN. Entrevista concedida ao autor em 15 de novembro de 2007.

de um viés político e priorizador do social em detrimento do espiritual. A Campanha da Fraternidade ocorre sempre durante o período litúrgico da Quaresma. Sempre notei no discurso dos membros da RCC que o sentido de conversão e de penitência desse período devam ser priorizados, colocando, mesmo que subjetivamente em segundo plano, as propostas da Campanha da Fraternidade. Sem dúvida, os sintomas da institucionalização do Movimento podem ser percebidos melhor ainda quando Volcan diz “o que seria interessante: a Campanha passa muitas vezes e não se dá continuidade a ela. A Renovação vai dar continuidade⁷⁰”.

O primeiro desses projetos é o Projeto Amazônia, de iniciativa da CNBB e liderado pela RCC e que tem previsão para o seu início em maio de 2008, na Ilha de Marajó, para onde a RCC mandará diversos “missionários” com o intuito de atuarem na evangelização daquela região. A escolha da Ilha de Marajó, entretanto não é em vão, já que Dom Azcona, bispo do local, é adepto da RCC. Esse projeto ficará a cargo da RCC, através do Ministério das Universidades Renovadas (MUR), por um segmento desse Ministério conhecido como “Profissionais do Reino”.

Além do o Projeto Amazônia, o segundo projeto que a RCC promove é o abaixo-assinado contra a legalização do aborto e que está em consonância com a proposta da CNBB para a Campanha da Fraternidade, nesse caso, com a Campanha de 2008 que trata da “defesa da vida” e pauta o aborto como um dos temas centrais. Para o coordenador nacional do Movimento, iniciativas como este abaixo-assinado são tentativas de a RCC engajar-se politicamente e preocupar-se com as problemáticas sociais:

Então, nós temos que eleger algumas questões para mobilizarmos o Movimento como um todo. Ainda que alguns, ao fazerem a crítica de que a RCC não se engaja politicamente e por isso a taxam de alienada, é porque não conhecem a trajetória do Movimento e nem as propostas⁷¹.

Esse próprio “engajamento político” da RCC mencionado por seu coordenador nacional pode ser também entendido como fruto da aproximação entre as duas instituições, já que a CNBB, fundada por Dom Hélder Câmara, grande partidário da Teologia da Libertação e atento a problemáticas da vida social, como foi em seu tempo em relação à ditadura militar, por exemplo, sempre foi uma instituição marcada pela perspectiva do setor progressista e trouxe nas Campanhas da Fraternidade essa característica que a RCC começa, aos poucos e ao seu jeito, a aderir como sintoma de sua institucionalização e proximidade com a CNBB.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Idem.

Podendo ser verificado, nesse sentido, para a RCC, o que Theije (2004, p. 40) chamou de “ajustamento situacional”, o qual “se refere a essa interpretação contextualizada de discursos e mensagens”.

4.3 A RCC e o contexto paroquial

“A opinião de que a Renovação Carismática recebeu apoio institucional da Igreja do Brasil também ignora as micro-práticas de poder e subestima as tensões existentes entre as lideranças da RCC e o clero nas paróquias (Sousa, 2005, p. 74)”.

As relações entre a RCC e o clero no contexto paroquial não possui dados documentais, nem um aspecto formalizado como acontece nas relações do Movimento com Vaticano e com a CNBB, pois estas ocorrem em um nível institucional. É nessa instância em que se dá uma relação mais conflituosa, pois os padres são obrigados a conviver com a realidade da RCC em sua paróquia, com os seus grupos de oração e seus eventos. Os cardeais e bispos, por mais que tenham atritos ou reservas em relação à RCC lidam com este Movimento de forma institucional e diretamente com suas lideranças. Por isso, é no contexto paroquial onde se dão os maiores conflitos entre a RCC e o clero, pois é este o local onde os padres tem que lidar com a intermediação leiga dos dons carismáticos, que é motivo de sérios atritos, conforme mencionado anteriormente e são também estes que tem de resolver problemas relacionados ao calendário entre as atividades da RCC e as da paróquia, dentre outras situações de conflito já expostas. O coordenador nacional da RCC acredita que:

Então, está na hora também da paróquia revisar como se relacionar com Movimentos, ou que tenham carismas ou que tenham um serviço próprio a prestar dentro da evangelização continental que tanto se fala e que não encontram um espaço adequado para a manifestação de sua identidade. Quem está perdendo com isso? A Igreja, o Movimento e o povo de Deus⁷².

⁷² Marcos VOLCAN. Entrevista concedida ao autor em 15 de novembro de 2007.

O próprio Documento 53 acabou tendo suas maiores e mais danosas repercussões no contexto paroquial, já que a aplicação de suas determinações deveriam acontecer através dos padres aos grupos de oração paroquiais.

Por não haverem dados documentais para as relações da RCC com o clero no contexto paroquial, como me referi, partirei aqui de algumas observações diretas que realizei para tentar relatar alguns traços que caracterizam o relacionamento da RCC com os padres neste contexto.

Nas paróquias, a RCC se estabelece através dos grupos de oração, que são a “base da vida carismática⁷³”, ou seja, teoricamente, todo o aparato da RCC de Conselhos, Coordenações, Ministérios, Congressos, tem por finalidade dar subsídios, acompanhar e formar os participantes dos grupos de oração. Um grupo de oração é constituído de um “núcleo” que engloba os indivíduos responsáveis por promover as reuniões de organização dos encontros que são semanais. Esses são os que pregam, intercedem, cantam e por isso, tem uma posição destacada no grupo devido às atividades que exercem. Esses participantes do “núcleo” de um grupo de oração estão sempre mais ligados às instâncias superiores do Movimento, como os Ministérios e as Coordenações, do que aqueles que apenas freqüentam e participam do grupo, mas que não possuem nenhuma função específica que acarrete em algum compromisso mais efetivo.

Entretanto, os membros de um grupo de oração, mesmo que sejam do núcleo, possuem uma formação menor do que possui a classe dirigente da RCC que, como disse, tem dado traços atualmente de que está se tornando “profissionalizada”. Então, o relacionamento dos padres nas paróquias com os grupos de oração, se dá com indivíduos que possuem uma menor formação em relação à própria RCC e à doutrina católica de um modo geral. Isso, portanto, acaba por permitir que muitos dos “exageros” que o Documento 53 busca cercear, acabem ocorrendo, de fato, no contexto paroquial e, então, os padres são os principais responsáveis por “aparar essas arestas”. Além do mais, cabe ressaltar que os padres e os grupos de oração, se imaginarmos uma escala de poder, estariam ambos, na última posição, onde todas as determinações deste poder dos segmentos superiores são sentidas e onde consiste a obrigação de que estas sejam cumpridas, mesmo que as recomendações feitas nos segmentos superiores sejam incabíveis ou inaplicáveis, como foram algumas recomendações do Documento 53 que nunca saíram do papel.

⁷³ Prandi, 1996, p. 35.

Tal situação faz com que os grupos de oração sejam relativamente isolados de algumas atividades paroquiais. Um primeiro motivo seria, sem dúvida, o caráter supra-paroquial que o Movimento possui com seus eventos próprios, o que acaba por deslocar os seus membros das paróquias para diferentes locais onde estes estejam ocorrendo. Entretanto, o fechamento de alguns grupos de oração em si próprios pode ser explicado também no sentido da busca de preservação da “identidade carismática” que foi descrita no início. A respeito do isolamento de alguns grupos de oração no contexto paroquial, Sousa diz que:

As estruturas paroquiais sempre exigem uma inserção de acordo com o paradigma dominante da racionalidade e do primado do clero. Isso explica o “fechamento” de alguns grupos. Muitos isolam-se em espaços próprios, sem diálogo com as outras expressões religiosas, mesmo católicas, para protegerem a experiência que cultivam e que não podem vivenciar nos ambientes ortodoxos (Sousa, 2005, p. 129).

Imaginando-se, portanto, um grupo de oração que cumprisse todas as recomendações do Documento 53, a “identidade carismática” deste se diluiria em um todo e seria difícil sua recuperação. O objetivo da hierarquia é, portanto, enquadrar a RCC nas estruturas paroquiais, de modo que possa realizar o seu controle institucional efetivo sobre ela, evitando desvios e neutralizando o seu caráter contestatório.

5. O relacionamento da instituição RCC com as Novas Comunidades

Como vimos existe a instituição RCC no interior da Igreja Católica, com seus Conselhos e todo um aparato de gerência própria que visa manter a ação e o desenvolvimento do Movimento. Entretanto, a “espiritualidade carismática”, para não nos referirmos ao “pentecostalismo católico” (que é uma expressão que já foi abandonada) ou o modo de ser e de agir “carismático” vem, como vemos atualmente, situando-se cada vez mais além do alcance desta instituição. Isso se dá porque nos últimos anos, com o crescimento da Renovação Carismática Católica houveram mudanças significativas em seu interior. A formação, o crescimento e a consolidação das chamadas Novas Comunidades traz uma nova perspectiva para a RCC.

A dinâmica dessas Novas Comunidades tem levado esses dois segmentos (instituição RCC e Comunidades) a trilharem caminhos diferentes e cada vez menos dependentes um do outro, ou seja, está havendo uma autonomização cada vez maior das Novas Comunidades em relação à instituição RCC⁷⁴ e isso não tem, obviamente, se dado de forma harmônica.

Alguns pesquisadores, como Brenda Carranza, consideraram apenas o aspecto de cumplicidade e as similaridades existentes entre a RCC e essas Comunidades, entendendo assim, que ambas fazem parte de um amplo projeto de expansão da RCC. Sem dúvida, esse aspecto deve ser considerado. Há muitas pessoas que, por exemplo, conhecem a “espiritualidade carismática” através de uma dessas Comunidades e após isso se engajam num grupo de oração paroquial, além de inúmeros elementos que são partilhados por ambos, como as músicas, as campanhas sociais, dentre outros. No entanto, as relações institucionais entre esses segmentos distintos tem sido alterada ultimamente, pois ambas, por serem tão próximas, acabam por disputar um mesmo espaço, como por exemplo, a clientela religiosa para os seus serviços que estão sendo prestados ou a captação de recursos financeiros, dentre outros.

A RCC, em certos casos, passa com as Novas Comunidades, só para efeito de comparação, o que a hierarquia passou com ela em seu início: um processo autonomização. Um exemplo é com relação aos eventos paralelos realizados pelas Novas Comunidades e que podem atrair muitas pessoas que deixam, por isso, de participar de eventos próprios da RCC. O próprio caráter institucionalizado que a RCC tem tido, possivelmente esteja afastando de

⁷⁴ Entenda-se aqui a RCC como uma instituição, o que seria diferente da “espiritualidade carismática” como um todo.

certo modo os seus membros de seus eventos e os aproximando dos eventos das Comunidades, que tem sem dúvida, um caráter mais subjetivo e menos marcado pela insistência na institucionalidade como tem sido feito pela RCC. O coordenador nacional da instituição RCC, Marcos Volcan, disse-me:

Então, eu acho que as Comunidades tem que seguir o seu caminho, mas em comunhão com o bispo local, com o melhor dialogo possível da coordenação diocesana com aquela Comunidade que se instala naquela diocese. Isso se desdobra na prática, por exemplo, no calendário. Às vezes você faz um grande evento, por exemplo, um Cenáculo, quando outras coisas acontecem ao mesmo tempo promovidas pela Comunidade⁷⁵.

Existe, entretanto, diferenças no modo de constituição interna dessas Comunidades: “comunidade de vida” e “comunidade de aliança”. A “comunidade de vida” refere-se aos membros que moram na Comunidade e dedicam-se em tempo integral a esta, já a comunidade de aliança se refere aos membros que tem um compromisso com a Comunidade, mas continuam a morar em suas casas. Ambas podem coexistir em uma mesma Comunidade, ou seja, um modo de pertencimento não exclui o outro, apesar de existirem Comunidades que possam se dedicar a viver apenas de uma das duas formas. Apenas os membros são quem tem que optar de qual modo irão participar⁷⁶. As Comunidades que dedicam-se, então, apenas à “aliança” e que são chamadas de Comunidades de Aliança, geralmente por terem uma estrutura menor e tendo, na maioria das vezes, surgido de um grupo de oração, estão relativamente mais próximas da institucionalidade da RCC.

Já as Comunidades de Vida são notadamente as que mais se distanciam dos objetivos gerais da instituição RCC e é onde encontram-se as maiores dificuldades de relacionamento. As Comunidades de Vida exigem dos seus membros que se “consagram”, a realização de alguns “votos” como o de pobreza, por exemplo. Muitas vezes, os seus membros não tem posse nem de suas roupas, já que essas tem que ser ganhadas ou trocadas e não podem ser compradas. Ora, esse discurso de despojamento encontrado nas Comunidades de Vida tem se tornado cada vez mais distante da realidade cotidiana em que vivem os membros da RCC que freqüentam os grupos de oração. A vida social destes, quando contraposta ao discurso dos membros das Comunidades de Vida demonstra um certo desencaixe. Conta-se também, o discurso de despojamento dos membros das Comunidades de Vida que muitas vezes orgulham-se de terem abandonado os estudos, por exemplo, para entrar para a Comunidade.

⁷⁵ Marcos VOLCAN. Entrevista concedida ao autor em 15 de novembro de 2007.

⁷⁶ Ver Mariz, 2005, p. 253.

Se pensarmos em relação aos membros do Ministério das Universidades Renovadas da RCC, este discurso não se aplicaria, já que o MUR visa transformar a sociedade através das universidades. Sua ação concreta se dá através da formação dos GOU's, os Grupos de Oração Universitários que funcionam preferencialmente dentro das universidades e devem ser liderados por pessoas ligadas ao meio acadêmico como os estudantes principalmente, mas também professores e funcionários. Para estes, deixar a universidade seria “deixar a missão”, ao contrário dos membros das Novas Comunidades, que vêm neste despojamento, o grande sentido dela. Isso tem, portanto, distanciado de certa forma o modo de agir da RCC em relação às Novas Comunidades.

Outra característica importante a ser considerada é que as Novas Comunidades não estão condicionadas à realidade paroquial assim como está a RCC. Estas possuem uma autonomia maior em relação à hierarquia do que a instituição RCC. São acusadas sempre de serem muito fechadas em si, por não terem de respeitar a nenhum limite paroquial ou diocesano. Além disso, as Novas Comunidades possuem seus eventos de formação próprios, o que pode ser considerado pela RCC como um certo paralelismo por parte destas.

As Novas Comunidades primam por possuir um serviço específico para a Igreja, podendo ser os receptáculos desses serviços, os meios de comunicação, os jovens, ou os moradores de rua como são respectivamente os serviços das três Comunidades brasileiras mais conhecidas: Canção Nova, Shalom e Toca de Assis. Mariz (2005, p. 253) diz que “no léxico das comunidades, essas atividades são chamadas de ‘carismas’”. A preocupação, portanto, das Novas Comunidades em viver o seu “carisma” específico, também pode ser entendido como um motivo que tem distanciado os objetivos da RCC em relação aos das Novas Comunidades. O coordenador nacional da RCC diz que:

Uma Comunidade vive em função de um carisma. E se esse carisma se torna serviço, os próprios frutos vão atestando o valor dessa Comunidade e ela vai se perpetuando no tempo. Então, nós temos que respeitar isso. Nós não devemos forçar um tipo de relacionamento, mas nós devemos cultivar as instâncias de união⁷⁷.

Alguns autores, como Brenda Carranza novamente, não haviam visto ainda a instituição RCC se antagonizar com as Novas Comunidades, mas acreditava que inclusive, as Comunidades faziam parte do grande projeto de RCC para a Igreja. Com relação à propagação da “espiritualidade carismática” sim, essa idéia tem toda a razão, mas com relação à

⁷⁷ Marcos VOLCAN. Entrevista concedida ao autor em 15 de novembro de 2007.

instituição RCC, o que podemos ver é um caráter cada vez mais antagônico nas relações entre a RCC e as Novas Comunidades. Sobre essas relações o coordenador nacional da RCC diz:

Então, eu penso que é natural que existam tensões nesse relacionamento. As tensões são naturais de uma família ampla. É assim que a gente vê hoje. São tensões naturais, muitas vezes localizadas, mas que não deixam de repercutir na vida do Movimento e na vida das Comunidades⁷⁸.

⁷⁸ Marcos VOLCAN. Entrevista concedida ao autor em 15 de novembro de 2007.

6. Considerações finais

Este trabalho propôs-se a mostrar o quanto que as relações institucionais vividas pela Renovação Carismática Católica, tanto no contexto interno, quanto no contexto externo ao catolicismo tem influenciado a dinâmica deste Movimento. Referindo-nos ao campo religioso brasileiro em finais da década de 1960 foi possível notar o processo de formação da identidade da Renovação Carismática Católica em relação à Teologia da Libertação e ao pentecostalismo protestante e também os elementos que passaram a constituir sua identidade.

A Igreja Católica, com o Concílio Vaticano II na década de 1960 buscou revisar a atuação dos leigos na Igreja, preconizando sua maior autonomia, mas vimos que a estrutura clerical da Igreja não lhe permitiu uma convivência harmônica com a autonomia dos leigos. Sua estrutura através de dioceses emperra o caráter transnacional de alguns Movimentos, como a RCC, que tem orientações próprias. Muitos dos conflitos, então, começam a partir desse ponto.

A aceitação e aprovação dada pelo Vaticano a esses Movimentos acabam na prática, não tendo o mesmo significado que se quer ter na teoria. Como acontece com os estados nacionais, o Vaticano “elabora as leis” e cabe ao clero, os bispos em suas dioceses e os padres nas paróquias, “aplicá-las”. Os conflitos da RCC com o clero que aqui foram apresentados no contexto das conseqüências da institucionalização da RCC são perpassados por essa idéia.

Uma amenização desses conflitos ocorre principalmente por causa da “confluência” que tanto foi mencionada, dos esforços da RCC para se inserir no catolicismo e os da hierarquia para adequar o Movimento de forma que possa neutralizar o seu caráter contestatório e conter as ameaças que possam incidir sobre a RCC, como as de “segregacionismo”, “fundamentalismo”, “protestantismo” ou qualquer outra que possa apresentar-se.

Além disso, toda essa estrutura clerical que a Igreja acabou apresentando como modelo para os Movimentos, principalmente para a RCC, tem tido conseqüências que conforme constatamos, estão de certa forma limitando a dimensão “carismática” que a RCC possui como característica e tornado os membros do Movimento, principalmente a sua liderança, presos às amarras institucionais que resultam do controle que a hierarquia visa impor sobre a RCC, principalmente pelo seu alto teor contestatório a essas estruturas que o Movimento

promove através de suas práticas que são capazes, conforme vimos também, de dar ao clero, uma função secundária, ou ao menos, utilitária.

As relações institucionais que a RCC estabelece, portanto, no interior da Igreja Católica com a hierarquia, foram tomadas aqui como grande objeto de reflexão, por entendermos que estas relações trazem conseqüências relevantes até para a modificação da identidade da RCC, que como vimos, tem uma dinâmica que permite a sua preservação, na qual é preciso, no entanto, que o Movimento possua um certa autonomia. Essa autonomia que alguns pesquisadores denominaram como “paradoxal”, “sutil” e aqui foi chamada de “submissão autônoma” tem garantido ao Movimento essa manutenção, mesmo que seja em meio a inúmeras tentativas de controle e de cerceamento que o Movimento recebe.

Minha busca aqui foi de trazer à tona alguns aspectos da RCC que a caracterizam como um movimento religioso ao final da primeira década do século XXI e entender como suas características interferem em suas relações institucionais com outros grupos religiosos e com a hierarquia da Igreja.

Com relação a algumas tendências para a RCC. Acreditou-se, por algum tempo, no “fim” da RCC, conforme o padre Raniero Cantalamessa, grande adepto da RCC, disse que “o cardeal Leo Josef Suenens, que foi o grande protetor e partidário da Renovação Carismática no início, dizia que o destino final da Renovação Carismática poderá ser o de desaparecer quando esta corrente de graça tenha contagiado toda a Igreja⁷⁹”. O coordenador nacional da RCC, quando provocado por mim a respeito do “fim” da RCC respondeu-me que:

Eu penso e observo que a Renovação tem uma capacidade muito grande de “refazer”. Então, se ele passa por uma crise, mas com lideranças conscientes do seu chamado, com uma formação adequada, com uma boa vivência da prática dos carismas, o Movimento se refaz rápido. Ele é um Movimento muito vigoroso, atual [...]. O Concílio Vaticano II nasce com esse diálogo com o mundo moderno e nós somos filhos do Vaticano II e então, nós temos essa capacidade⁸⁰.

O que foi possível notar através dessa fala de Marcos Volcan e através também de algumas observações ao longo de toda a pesquisa é que o Movimento tem se reconhecido como “moderno” e “flexível”, o que acaba sendo a condição primeira, ou seja, reconhecer-se como flexível é o ponto de partida para que a flexibilidade venha ocorrer e quanto a isso a RCC tem, ao menos, se pensado como tal. Nesse sentido, aqui nas considerações finais deste

⁷⁹ Disponível em: <<http://www.cleofas.com.br/virtual/texto.php?doc=ESCOLA&id=esc1026>>
Acessado em: 29/12/2007.

⁸⁰ Marcos VOLCAN. Entrevista concedida ao autor em 15 de novembro de 2007.

trabalho, penso que caberia mostrar algumas tendências, nas quais acredito que podem vir a se colocar na vida do Movimento futuramente. A meu ver, algumas possíveis causas, algumas já existentes e outras ainda não, podem exigir essa flexibilidade da RCC⁸¹ futuramente. Seriam então:

- a crescente institucionalização do “carisma”;
- o esgotamento da idéia de “novidade” para atrair novos membros e manter os já existentes;
- a estagnação do crescimento devido a não haver para onde e nem como “crescer mais”;
- a diluição do Movimento em outros exercícios dentro da Igreja;
- devido à “profissionalização” da classe dirigente, estes passarem a ter anseios diferentes aos que são vividos no cotidiano e proporem soluções inadequadas;
- caráter autônomo e independente ao Movimento que algumas instituições podem vir a ter, como o que já vem ocorrendo com algumas das Novas Comunidades.

Portanto, se a RCC, com sua flexibilidade e capacidade de “refazer” tem sido colocada em prova, devido às relações institucionais a que o Movimento é submetido, a burocratização cada vez maior da RCC pode ser que a engesse e dificulte essa “flexibilidade” e não permita tão facilmente ao Movimento se adaptar e dar as respostas que pretende para os tempos atuais.

Uma tendência que aponto, então, é a de que a expansão da “espiritualidade carismática” para limites além do alcance da instituição RCC vem se mostrando como uma tendência que torna-se cada vez mais freqüente. A perda então, do caráter “carismático” da RCC em detrimento do seu caráter institucional pode vir a contrariar diagnósticos que acreditam que o Movimento em sua faceta institucional tem melhores condições de desenvolver-se do que no início, onde admite-se que a burocratização pode se fazer necessária. Essa visão desconsidera, no entanto, que outros grupos podem sair da instituição e buscarem formar por si sós, suas instituições para controlarem os seus novos “carismas”, o que remete ao mencionado “processo infundável” a que Weber e Bourdieu se referem. A RCC, portanto, pode estar dando sinais de que começa a ser contestada por seu caráter institucional, através da “espiritualidade carismática” que começa a alcançar espaços que não são do alcance mais dessa instituição que se encontra cada vez mais enrijecida. Essa foi uma das principais tendências constatadas neste trabalho.

⁸¹ Dávila (2000, p. 309) aponta outros motivos como: a burocratização, a disputa de lideranças por espaço na mídia, os interesses com a política partidária e o abuso na manipulação da emoção.

Referências

BENEDETTI, Luis Roberto. Pentecostalismo, Comunidades Eclesiais de Base e Renovação Carismática. In. CENTRO DE ESTATISTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS. *Pentecostalismo, Renovação Carismática Católica e Comunidades Eclesiais de base: uma análise comparada*. Rio de Janeiro: CERIS, Vozes, 2001.

CATECISMO da Igreja Católica - Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2000.

DÁVILA, Brenda Maribel Carranza. *Renovação Carismática Católica: origens, mudanças e tendências*. Aparecida: Santuário, 2000, 320 p.

FERNANDES, Sílvia Regina Alves. *Movimento de Renovação Carismática Católica: ethos comum e antagônico em camadas populares do Rio de Janeiro*. Revista Universidade Rural, v.18 (1/2), jan/dez-1996, pp. 109-124. (Série Ciências Humanas).

MACHADO, Maria das Dores & MARIZ, Cecília. Sincretismo e transito religioso: comparando carismáticos e pentecostais. In Comunicações do ISER. Nº 45 – Ano 13 – 1994. p. 24-34.

MARIZ, Cecília. A pesquisa. In. CENTRO DE ESTATISTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS. *Pentecostalismo, Renovação Carismática Católica e Comunidades Eclesiais de base: uma análise comparada*. Rio de Janeiro: CERIS, Vozes, 2001.

_____. *A sociologia da religião de Max Weber*. In: *Sociologia da Religião: enfoques teóricos*. Faustino Teixeira, organizador. Editora Vozes. Petrópolis, 2003.

_____. *Comunidades de vida no Espírito Santo - juventude e religião*. Tempo Social, vol. 17, nº 2. São Paulo: USP, 2005, pp.253-273.

_____. *Catolicismo no Brasil contemporâneo: reavivamento e diversidade*. In: MENEZES, Renata e TEIXEIRA, Faustino (org.) *As religiões no Brasil: Continuidades e rupturas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

NOVAES, Regina Reyes. *Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens*. In: *Política e Cultura: Século XXI*/Luiz Carlos Fridman, organizador. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: ALERJ, 2002.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Renovação Carismática Católica: uma análise sociológica, interpretações teológicas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

_____. A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu. In: *Sociologia da Religião: enfoques teóricos*. Faustino Teixeira, organizador. Editora Vozes. Petrópolis, 2003.

PRANDI, Reginaldo. *Um sopro do Espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático*. 2ª edição. São Paulo: USP, 1998.

SOUSA, Ronaldo José de. *Carisma e instituição: Relações de poder na Renovação Carismática Católica do Brasil*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2005.

THEIJE, Marjo de. *A caminhada do louvor; ou como carismáticos e católicos de base vêm se relacionando na prática*. In. *Religião e Sociedade*, Volume 24, nº 01, 2004. p. 37-45.

VOLCAN, Marcos Dione Ugoski. Depoimento [15 de novembro de 2007]. Entrevistador: Leonardo Almeida da Silva.

WEBER, Max. A psicologia social das religiões mundiais. In. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1974. 3ª edição.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Anexo I

Entrevista com Marcos Dione Ugoski Volcan⁸²

Presidente do Conselho Nacional da Renovação Carismática Católica do Brasil

Rio de Janeiro, 15/11/2007.

Entrevistador: Leonardo Almeida da Silva

Com relação ao contexto geral da RCC no nível continental aqui na América Latina. Nós tivemos o ECCLA⁸³ esse ano no Brasil inclusive. Eu queria que você falasse como tem sido a experiência da Renovação Carismática nesses países? Eles acompanham o Brasil no desenvolvimento da Renovação Carismática?

Eu diria que a Renovação está presente em praticamente todos os países. O CONCCLAT é o Conselho Carismático Católico Latino Americano responsável por articular esses países em torno de propostas para o Continente.

A Renovação nos países de fala hispânica é um pouco diferente da nossa, aqui do Brasil. A Ofensiva Nacional, implantada a partir da década de 1990, inovou na organização de nosso movimento, dando-lhe condições de um novo crescimento e formação de lideranças. Esta tem sido uma colaboração do Brasil para o CONCCLAT.

Você acha que institucionalmente, como Renovação Carismática, eles estão em um momento anterior ao do Brasil?

Não. O Brasil é uma outra realidade. Você imagina: nós temos 270 dioceses, quase 200 milhões de habitantes. Na América Latina há países com menos de 5 dioceses. Então vivem uma Renovação muito particular. Qual a diferença? Aqui na Renovação, a participação dos

⁸² Pode haver diferenças em relação a alguns itens do conteúdo da entrevista que foram citados durante o trabalho, pois esta versão publicada foi editada pelo entrevistado antes que fosse anexada à monografia.

⁸³ Encontro Carismático Católico Latino Americano.

leigos é muito maior se comparada com uma atuação um pouco mais clerical nesses outros países. E não é uma crítica, mas é como acontece, há uma maior dependência institucional da Renovação destes países, enquanto no Brasil há uma maior atuação dos leigos.

Você acredita então que lá a Renovação Carismática começou de cima para baixo e aqui de baixo para cima, no sentido leigo – clero?

Não sei se dá para fazer essa comparação. Eu diria que há uma proporção muito maior de sacerdotes nas coordenações nesses outros países.

A gente agora entra então em um outro assunto. Para a Renovação Carismática do Brasil, quais as vantagens que você vê, estando à frente do Movimento, da organização institucional da RCC com todo esse aparato de Conselhos, Ministérios?

Os conselhos devem ser, antes de tudo, uma instância de discernimento profético, onde, a partir da escuta de Deus e de uma boa análise da realidade possa promover ações e articular a RCC em seus diferentes âmbitos (nacional, estadual, diocesano, grupo de oração...). O Conselho Estadual com os diocesanos. O Nacional articula com os estaduais. Por que? Porque nós estamos inseridos em uma realidade eclesial e como movimento nós também devemos ver o que a Igreja diz, dando uma resposta também ao que essa Igreja solicita. Esta estrutura da RCC possibilita uma articulação com a Igreja que também está organizada institucionalmente.

Essa organização deve ser mínima. Ela não deve ser uma super-organização e hoje eu poderia dizer que a nossa organização é até pequena diante das demandas do Movimento. O Movimento cresceu muito. Quando você reúne 27 coordenadores estaduais, duas vezes por ano e com algumas assessorias é o mínimo que precisamos para partilhar as experiências, para definir rumos, objetivos, metas. Por exemplo: surge o Documento de Aparecida. Como vamos responder a esse documento enquanto Movimento? Nós temos que sentar junto e pensar isso. Outro exemplo: existe uma necessidade de expansão e para isso vamos trabalhar com o grupo de oração. Se nós não tivermos essa estrutura mínima nós não conseguimos atuar em cima dos problemas da vida da RCC.

E desvantagens? Quais você vê?

É preciso tomar cuidado. E aí, quais são as desvantagens? Não devemos ter uma estrutura que amarre ou que engesse. Essa é uma estrutura de serviço, nunca uma estrutura de poder e de governo apenas, ainda que toda instância de serviço tenha uma instância de governo. Por exemplo: fui escolhido como presidente, mas eu respondo por um Conselho. O coordenador estadual, da mesma forma, ele deve ser alguém que atue em função do seu núcleo. Então, não deixa de ser também uma instância participativa, democrática, mas de discernimento e ação.

Um outro assunto. Com relação às Comunidades. Você acha que a RCC do Brasil e as Comunidades, principalmente as Comunidades de Vida, estão tomando rumos diferentes daquilo que é Renovação Carismática Católica?

A Renovação foi crescendo de forma muito espontânea. As Comunidades, entretanto, surgiram do reconhecimento do carisma de uma ou mais pessoas e temos que entender o seguinte: os filhos crescem e vão caminhando com suas próprias pernas.

É natural que existam tensões nesse relacionamento. As tensões são naturais de uma família ampla. Isso, graças a Deus, nos últimos anos melhorou muito. Porque nós temos instancias de diálogo: a Fraternidade que organiza as Comunidades, dentro do Conselho Nacional da Renovação ela tem representação e assim nós podemos aparar muitas coisas. Tiveram grandes eventos nacionais que nós organizamos juntos. O último Congresso foi feito em comunhão. As dificuldades devem ser trabalhadas, especialmente com diálogo.

Mas você acha que as Comunidades deveriam participar dos objetivos gerais da RCC do Brasil ou o caminho próprio que elas venham a seguir por causa dos seus carismas é uma tendência a ser respeitada?

Uma Comunidade, normalmente, evangeliza a partir de um carisma. Os frutos vão atestando o valor dessa Comunidade e ela vai se perpetuando no tempo. Então, nós temos que respeitar isso. Devemos cultivar as instâncias de união. Desta forma, as Comunidades seguem seu caminho, o que deve ser feito em comunhão com o bispo local e também com o melhor diálogo possível com a coordenação diocesana da RCC.

A Igreja tem reconhecido as Novas Comunidades. Boa parte delas tem estatuto próprio e a Fraternidade Internacional tem um estatuto reconhecido pelo Pontifício Conselho para os Leigos.

Devemos, portanto, fomentar e criar instâncias de comunhão e diálogo e sempre que possível com ações conjuntas.

Você acha, só para efeito de entendimento, que a RCC hoje, ela está passando pelo o que o clero passou com ela no começo? Perda de controle e uma posterior estabilização no relacionamento? A RCC com as Comunidades?

Eu não faria essa comparação porque, por exemplo, o pároco, a relação dele com a Renovação é no âmbito da paróquia. A relação da Renovação com as Comunidades é em âmbito diocesano. Então, são relações muito diferentes.

Você entende, ultimamente que, por exemplo, o Projeto Amazônia e a Campanha contra o aborto, são tentativas, esforços da RCC em se inserir nos objetivos da CNBB? Em vista da Campanha da Fraternidade 2007 e 2008, por exemplo?

Há, sem dúvida, sempre que você faz um trabalho como esse, uma intencionalidade. Se a Igreja do Brasil, a cada ano tem uma proposta através da Campanha da Fraternidade, então os Movimentos deveriam refletir sobre o que devem fazer para contribuir com a proposta da Igreja, com o que a Igreja nos pede. No caso da Amazônia, é preciso dizer que antes mesmo da CF, o projeto já estava no coração da Renovação. Então houve a oportunidade de inserir o Projeto Amazônia neste momento da vida da Igreja.

Começa em 2008?

Em maio vamos enviar os primeiros missionários, numa cerimônia especial que vai acontecer durante o Congresso da RCC do Pará e que contará com a presença de bispos da região e do Conselho Nacional. Eles irão para uma base missionária que ficará na cidade de Breves, na Ilha de Marajó.

Mas você acredita que, como você disse, o Projeto Amazônia já existia a idéia e a Campanha da Fraternidade foi um momento oportuno. E na Campanha contra o aborto⁸⁴ também? Você acha que a RCC tem feito esse esforço de aproximação?

Os Ministérios na vida da Renovação, por exemplo, Promoção Humana, Fé e Política não deixam de tratar dessas questões. Nós não podemos ficar só no âmbito da formação daqueles que são chamados à vida política, ou então a ações de cidadania, mas nós temos que dar respostas concretas. Então, nós temos que eleger algumas questões para mobilizarmos o Movimento como um todo. Ainda que alguns, ao fazerem a crítica de que a RCC não se engaja politicamente e por isso a taxam de alienada, é porque não conhecem a trajetória do Movimento e nem as propostas.

Sobre o aborto, este é um problema que está presente na sociedade hoje. De repente, nós podemos ver uma lei como essa aprovada e por isso, como movimento eclesial, achamos que poderíamos fazer algo mais, pois só fazer a crítica não adianta. O que vamos fazer? Vamos levantar um milhão de assinaturas, o que vai nos permitir fazer um contato diretamente com o presidente da Câmara. Vamos levar essas assinaturas e publicamente manifestar o nosso repúdio a esta tentativa de legalização do aborto.

No caso do Ministério fé e política, por exemplo, nós temos pessoas ligadas a RCC, que sentiram o chamado à vida política, que se candidataram e que foram eleitos. Não foram eleitos exclusivamente pela Renovação, mas que de alguma forma são acompanhados pela Renovação e que esperamos, promovam a vida, e lutem pelo bem comum. Temos orientado as coordenações diocesanas da RCC através de cartilhas sobre eleições a respeito de como proceder em relação às pessoas que sentem o chamado para a vida política.

E quanto ao relacionamento da RCC com a hierarquia. Desde o contexto paroquial até a Santa Sé, como você vê que se desenvolveu e como que está hoje?

Desde o início, a Renovação procurou estar próxima da hierarquia. O cardeal Suenens a apresentou em 1973 para o Papa Paulo VI no grande Congresso Internacional em Roma. O Papa manifestou o seu, entendendo que a Renovação seria “uma oportunidade para a Igreja”. Depois, o papa João Paulo II também apoiou muito o Movimento. Nós temos um escritório

⁸⁴ O tema da Campanha da Fraternidade 2008 é “Fraternidade e defesa da vida” e refere-se, dentre outras questões, ao aborto. A RCC promove um abaixo-assinado desde 2006 contra um Projeto de Lei que tramita no Congresso Federal visando descriminalizar a prática do aborto em alguns casos.

dentro do Vaticano, o ICCRS. Então, essa relação institucional em âmbito internacional tem sido muito boa e tem colaborado bastante com a Renovação. Em âmbito nacional a gente poderia dizer que o início foi relativamente tenso. Um estudo, na área sociológica, analisado alguns teólogos, recomendava que se observasse mais o Movimento e que ele não fosse ainda reconhecido pela Igreja do Brasil.

Aquele de Dom Estevão, Leonardo Boff, Pedro de Oliveira?

Sim. Neste estudo alguns teólogos, entre eles, Leonardo Boff recomendou que a Renovação não fosse reconhecida porque não se enquadrava, segundo ele, dentro das Orientações Pastorais da Igreja do Brasil. Em 1994, com o Documento 53, mesmo como um Documento Pastoral, não trata das grandes questões do Movimento, trazendo um tom disciplinar. Avalio que esse Documento não teve o efeito Pastoral esperado, pois poderia contribuir tanto com a vida da Igreja, mais restrições do que incentivos a um Movimento que dava sinal de crescimento especialmente no meio urbano, onde justamente a Igreja tinha uma grande defasagem evangelizadora, e onde a Renovação tinha uma grande capacidade de atuar.

A partir do Documento 62 que não foi escrito sobre a Renovação, mas aos Ministérios leigos, nós fomos beber nessa fonte e acho que isso abriu muitas portas e principalmente no relacionamento com a hierarquia, porque naquele momento nós estávamos dando uma ampla formação em todo o Brasil através da Escola Paulo Apóstolo.

Através da Escola Paulo Apóstolo, que estava em pleno andamento, um novo perfil de líderes da Renovação, com formação muito boa surgiu neste período, tendo assim, condições de dialogar sobre doutrina, o que ajudou a derrubar muitas barreiras. Então, o que eu diria? Que hoje, nós vivemos um momento em que não dá nem para comparar com este início. A grande maioria dos bispos apóia ou aceita o Movimento em suas dioceses, são muitos poucos casos em que há restrições ou não aceitação do Movimento. Às vezes, ainda existem alguns problemas, mas não diretamente com os bispos, mais no âmbito de assessorias, ou na paróquia.

Você acha mais conflituoso o âmbito paroquial?

Existe um documento, na forma de Subsídios (n. 3) que é pouco conhecido, e que trata sobre a Igreja Particular, os Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades. E aqui que

aparecem alguns problemas. Os movimentos são supra paroquiais. A realidade paroquial também mudou muito nas últimas décadas. Aquela realidade paroquial que era estritamente geográfica, hoje já não existe mais, especialmente nas cidades grandes. As pessoas se relacionam mais por afinidade. Então, como que a gente vai tratar um Movimento? Como é que um Movimento se engajado na realidade paroquial? É preciso uma revisão neste sentido, como incluir a RCC e reconhecê-la no planejamento da paróquia?

No que tenho estudado tenho visto justo isso, que na paróquia a relação institucional se dá de forma diferente. Sem dúvida, no início o Vaticano promoveu uma aceitação da RCC e o conflito se processou no nível mais abaixo.

Concordo. É preciso considerar que quando a Renovação surgiu, cresceu junto com a Teologia da Libertação e as CEBs. Entretanto, havia uma compreensão diferente da forma de atuar. Este foi também um outro problema, pelo menos em muitos lugares, onde houve muitos embates.

A última questão. Como você vê o futuro da RCC? Quando você vai dormir, como você pensa que vai estar a Renovação daqui a um, cinco, dez, quinze anos? Onde você espera que ela esteja?

Nós estamos trabalhando para que a Renovação possa dar a resposta para os tempos atuais, ou seja, João Paulo II dizia que o mundo precisava ser fecundado por uma nova cultura e ele chamou essa cultura de “Cultura de Pentecostes”. Então, nós acreditamos que é possível trabalhar para a transformação do mundo. E a transformação do mundo implica o que? Em homens e mulheres com uma nova consciência de sua filiação divina, de batizados.

Então, nós estamos trabalhando bastante para que a liderança da Renovação tenha essa consciência. Agora, aonde que nós queremos chegar? Leigos conscientes do seu chamado que proporcione um crescimento não só quantitativo, porque a Renovação tem potencial para crescer muito. Se hoje falamos que somos 10 milhões de carismáticos no Brasil, eu diria que nós temos potencial para em quatro ou cinco anos chegarmos a 20 milhões se trabalharmos, se retomarmos à prática da nossa identidade, pois, se em alguns lugares, a Renovação entrou em crise ou teve dificuldades, foi porque abandonou sua prática. Trata-se de uma retomada de uma “consciência carismática”, vamos chamar assim, nós estamos trabalhando no seguinte

sentido: se eu sou fiel à identidade carismática, eu estou sendo fiel à Igreja, porque a Renovação não nasceu fora da Igreja, ela nasceu dentro da Igreja. E eu sendo fiel ao meu movimento eu estou sendo fiel à Igreja, que nos deu a Renovação. Houve um período que muitos se esconderam, tinham medo de dizer que eram carismáticos. É preciso que a Renovação Carismática se identifique como tal, viva a sua experiência carismática e dê a sua contribuição eclesial como Renovação Carismática Católica e que a Igreja reconheça isso cada vez mais, no âmbito da instituição, da hierarquia. Isso é uma mudança de mentalidade de ambos os lados e vai ajudar à Igreja, ajudar a Renovação e ajudar o povo de Deus como um todo.

Então, eu penso que para os próximos cinco anos vamos crescer. Tenho observado isso já em vários estados. Ainda não podemos dizer que é significativo esse crescimento porque não quantificamos. Mas, eu creio que nos próximos quatro ou cinco anos nós teremos um crescimento constante e maduro. Não fruto apenas da mídia, não fruto apenas de algumas expressões ou lideranças carismáticas que podem levar a um crescimento momentâneo, mas um crescimento consistente, fruto de uma boa formação de lideranças com a consciência muito clara daquilo que vieram ser como Igreja.

Crescimento na base?

Exatamente. E a base são as lideranças no grupo de oração.

Você já ouviu falar de Brenda Carranza?

Sim. Ela escreveu uma tese sobre a Renovação.

No final desse livro ela aponta que um dos maiores perigos para a Renovação seria o conflito entre a própria classe dirigente por espaço na mídia ou por espaço no próprio Movimento. Isso pode ser motivo de conflito e até de ameaça para o futuro da Renovação...

Eu acho que tudo envolve poder sempre proporciona algum tipo de conflito. Eu acho que tese da Brenda muito interessante, mas ela faz uma análise sociológica que colabora para uma análise científica sobre a RCC, mas infelizmente este tipo de abordagem não pode nos

interpretar como um fenômeno pneumatológico⁸⁵. E a análise puramente sociológica do Movimento é reducionista, porque nós não somos um Movimento pensado e articulado de forma elaborada ou planejada no todo. Nós temos instâncias de coordenação, de governo e de articulação, mas é bom lembrar que o nosso Movimento não nasceu dessas instâncias, pois ele nasceu muito solto e livre e continua assim.

Nós somos um Movimento Eclesial e que crê na ação do Espírito na história e que a cada tempo ele é capaz de renovar as suas estruturas. Eu penso e observo que a Renovação tem uma capacidade muito grande de se “refazer”. Então, se ele passa por uma crise, mas com lideranças conscientes do seu chamado, com uma formação adequada, com uma boa vivência da prática dos carismas, o Movimento se refaz rápido. Ele é um Movimento muito vigoroso, e atual. E, certamente, esse tipo de previsão é baseado puramente na metodologia científica que para nós não é suficiente, pois é preciso entender a ação do Espírito na história e a análise sociológica infelizmente não cobre isso.

Você acredita que o nascimento da RCC na modernidade talvez permita que o Movimento se adapte e tenha essa flexibilidade?

O Movimento trabalha muito bem, por exemplo, com a subjetividade, próprio da modernidade. Mas um aprofundamento sobre o significado da “Cultura de Pentecostes”, sobre o que ela pode produzir na história e um esforço de fecundar a tão sonhada civilização do amor com esta cultura dá um novo ânimo à RCC.

⁸⁵ A pneumatologia refere-se ao estudo e compreensão da ação do Espírito Santo.